



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GIULIA ÁVILA FONTES ARAÚJO BARBOSA

**A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE EUROPEIA COMUM ATRAVÉS DA
DIPLOMACIA MUDIÁTICA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE
COMUNICAÇÃO E NARRATIVAS DA UNIÃO EUROPEIA**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2026

GIULIA ÁVILA FONTES ARAÚJO BARBOSA

**A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE EUROPEIA COMUM ATRAVÉS DA
DIPLOMACIA MUDIÁTICA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE
COMUNICAÇÃO E NARRATIVAS DA UNIÃO EUROPEIA**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Graduação em Relações Internacionais da Universidade
Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2026

TERMO DE APROVAÇÃO

GIULIA ÁVILA FONTES ARAÚJO BARBOSA

**A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE EUROPEIA COMUM ATRAVÉS DA
DIPLOMACIA MUDIÁTICA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE
COMUNICAÇÃO E NARRATIVAS DA UNIÃO EUROPEIA**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de
Graduação em Relações Internacionais da Universidade
Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Relações Internacionais.**

Aprovado em: __/__/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque (Orientador - DRI)

Prof. Dr. Edson Thomaz de Aquino (Examinador - DRI)

Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira (Examinador - DRI)

*À minha vovó Têca de Boquim,
que, mesmo quando a memória começou a lhe
escapar, nunca deixou de interceder por mim
em suas orações, entregando toda a sua fé e
proteção. Enquanto eu tentava decifrar o
mundo, ela, com a sabedoria e a doçura do
silêncio, continuou a me segurar pela mão e a
guiar com o seu toque. Carrego sua força na
pele e seu amor em cada lembrança.*

AGRADECIMENTOS

A escrita e principalmente a fala sempre vieram de forma fácil e natural para mim, mas diante da conclusão deste trabalho e principalmente dessa fase da minha vida, me vejo falhando em encontrar as palavras certas para resumir e agradecer a jornada vivida. Acredito que para entender o processo trilhado até aqui, é preciso revisitar o que me trouxe até aqui. Então, vamos começar do início.

Desde pequena, sempre ouvi de todos ao meu redor que eu era uma criança diferente, um tanto engraçada, muito decidida, inegavelmente ousada, involuntariamente “cheia de artes” e “presepeira”, intrinsecamente tagarela, eu já era a “gerente” da casa no auge dos meus 10 anos. Foi só durante o caos pandêmico e as inseguranças do vestibular, que senti a necessidade de resgatar esses adjetivos que aos poucos foram se perdendo e que diziam muito sobre a Giulia que um dia existiu, mas que estava tentando voltar. Assim, em meio às cobranças de enfrentar um futuro que logo chegaria, me deparei com as Relações Internacionais. Vi ali uma forma de me reconectar com a minha eu tão questionadora e destemida. De me perceber como cidadã no mundo. Como uma boa aluna de humanas e com uma percepção um tanto estereotipada e idealizada, diga-se de passagem, me apaixonei por essa área tão política, tão social, tão difícil e tão necessária. Vi ali uma maneira de realizar o sonho de mudar o mundo da mini Giulia que nunca soube como. Vi nas Relações Internacionais o caminho pelo qual poderia finalmente ser vista e alcançar todo o meu potencial. Eu nunca quis pouco.

Mas a nossa história demorou a se cruzar, e quando finalmente aconteceu, foi uma quebra de expectativa gigante. Foi um choque, o corpo sentiu, a mente sentiu. A minha bolha furo. Toda a minha visão de mundo e percepção de realidade foram questionadas, direta ou indiretamente, na sala de aula ou fora dela. A verdade é que ninguém sai o mesmo depois de ingressar na universidade pública e viver as dores e as delícias que ela te proporciona. Logo, ao ingressar na Universidade Federal de Sergipe, ao passar todos os dias pelos corredores que 40 anos atrás meus pais se conheceram e se apaixonaram, comecei a escrever a minha história. Foi no curso de Relações Internacionais que, por 4 anos, contra todas as possibilidades e apesar de tudo, eu pude descobrir quem eu sou e quem eu quero ser. Pude me posicionar no mundo enquanto mulher, nordestina, brasileira, e latina. Foi RI que me deu a possibilidade de pertencer, de me encontrar -academicamente e pessoalmente-, de expandir os

meus conhecimentos, quebrar os meus estigmas e empaticamente compreender sobre a existência do outro. Foi na UFS e graças a educação pública, que eu descobri o meu lugar. E por isso, eu sou extremamente grata.

Assim como grande parte dos sonhos que já concretizei, me graduar em Relações Internacionais foi um sonho que partiu de mim, mas foi acolhido por inúmeras pessoas ao meu redor, as quais desejavam, sobretudo, me ver feliz. Tem tantas pessoas por trás desse diploma que é até injusto que só meu nome esteja nele, afinal, muitas pessoas vencem, se eu vencer.

Ao meu Deus e a todos os Celestiais que me guiaram até aqui, em especial Santa Dulce, o Anjo Bom da Bahia, a quem tive o privilégio de presenciar sua canonização em 2019. Obrigada por todas as oportunidades que me foram concedidas e todos os livramentos que nem percebi. Obrigada por me sustentarem nessa caminhada, obrigada pelos caminhos abertos e por toda proteção.

Aos meus pais, Dilma e Tony, que enfrentaram o silêncio do ninho vazio com a coragem de quem confia. Obrigada por acreditarem que, aos 17 anos, eu saberia voar e por me lembrarem, sempre, que tenho um lugar para voltar. Vocês foram e são as fronteiras mais seguras nas quais construí os meus sonhos, obrigada por me apoiarem incondicionalmente com tanto amor, força e liberdade. Mesmo quando os caminhos eram nebulosos e as possibilidades nada favoráveis. E acima de tudo, por me permitirem -só ser-. Vocês são a razão de tudo isso, os amo com tudo que há em mim.

A minha mãe, amor de outras vidas, obrigada por confiar que daria certo. Não sei o que seria de mim sem seu colo, você é minha fonte inesgotável de amor, fé e resiliência. Obrigada por sempre me enxergar como eu sou, percebendo no meu olhar antes mesmo de eu proferir uma palavra, todas as minhas angústias e ansiedades. Obrigada por celebrar cada 10 nos seminários como se fossem seus e me consolar depois de cada dia difícil. Obrigada por todos os sacrifícios feitos por nossa família. Um dia, espero ser metade da mulher e profissional que você é. Deu certo, mainha.

A meu pai, o tio preferido da galera, a quem herdei minha espontaneidade e ambição, obrigada por sempre me incentivar e dar os recursos necessários para eu ir atrás do que quero. Você sempre foi e sempre será a fonte de segurança da nossa família, obrigada por acolher meus medos, falar sobre mim com um orgulho palpável, torcer e proteger com esse seu amor exagerado. Te ter como pai é o maior privilégio que eu poderia pedir, obrigada por acreditar

que a ousadia e a dificuldade são os caminhos para grandes realizações, a sua “internacional” finalmente formou, painho.

A minha irmã, Jully, companheira de vida e maior confidente, sem a sua presença e apoio diários, eu não teria chegado até aqui. Obrigada por acalmar meu coração mesmo quando você estava lutando suas próprias batalhas, obrigada por me achar um máximo, obrigada por sempre me aplaudir tão alto que eu nunca nem notei quem não estava na plateia. Você é minha pessoa favorita no mundo, minha maior inspiração acadêmica e meu exemplo de ser humano a ser seguido. Te amo absurdamente Nana e espero que eu seja sua irmã mais nova em todos os universos. Não poderia deixar de agradecer também a quem, desde a minha infância, fez dos meus dias mais leves me presenteando com o amor mais genuíno do mundo. Lolly, Nina, João e Tomtom, obrigada por nos escolherem nessa vida, os amo com tudo que há em mim.

Aos meus avós maternos, Teresinha e Braz (*in memoriam*), meu grande exemplo de amor e cumplicidade. Obrigada por me proporcionarem uma infância e vida tão cercada de carinho e cuidado, a casa de vocês sempre será o meu refúgio. Obrigada por desde pequena perceberem que “essa moleca é diferente”, os amo demais. Aos meus avós paternos, Teresinha (*in memoriam*) e Geraldino (*in memoriam*), que apesar da distância física, sempre intercederam por mim em suas orações com todo o amor, fé e proteção que lhes cabia, carregue vocês comigo aonde quer que eu vá. Amo muito vocês, e levo a força do nome Guerreiro comigo.

A minha família materna e paterna como um todo, minhas tias, tios, primos, primas, cunhado e agregados por estarem ao meu lado em todos os momentos, torcendo por mim e me incentivando. Obrigada por sempre me darem o espaço para que eu pudesse ser eu mesma, me dando todo o apoio e amor para isso. Em especial quero agradecer a minha madrinha Geuzane, que também e apesar da distância física, sempre foi presença constante na minha vida, zelando por mim como uma filha com todo o seu amor e cuidado. Obrigada por tudo, minha dinda. Ao meu padrinho Kebinho (*in memoriam*), meu anjo da guarda, que mesmo partindo desse plano tão cedo, deixou comigo toda a sua luz e vontade de viver, te levo e te sinto comigo, meu maluco beleza. E a minha tia Geuza (*in memoriam*) e tio Joel (*in memoriam*) que apesar da ausência física, deixaram o exemplo de humanidade, integridade e força. Amo vocês, é por todos nós.

Agradeço ao Colégio José Fernandes da Fonsêca, hoje Colégio Professor Antônio Barros, por ter sido a minha segunda casa durante toda a minha vida. Desde o primeiro dia no maternal até o último dia do terceiro ano, a escolinha sempre foi um lugar de acolhimento, respeito e muito amor, eternamente grata por todas as memórias vividas nos corredores, salas de aula, cantina e no palco. Agradeço com muito carinho a tio Tonho (*in memoriam*), tia Rivanda e filhos, como também aos professores e ao corpo de funcionários como um todo, em especial a Deyse, Daciene, João Luis, Odara, Tavares, Valderson, tio Carlinhos, tia Mari, tia Taís, tia Rose, tio João, Junhão, Tonight, Genilson, Sullivan e João. Para sempre a “Jully 2” de tio Tonho.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque, por todo o apoio acadêmico e emocional, obrigada por aceitar me acompanhar nessa etapa e ser meu mentor nessa trajetória. Sempre muito solícito e flexível, conseguiu compreender as minhas dificuldades e potencializar as minhas qualidades, me conduzindo e tornando esse processo menos assustador. Muito obrigada por toda sua ajuda, o senhor é meu exemplo de profissional.

Quero agradecer também ao The Human Project e toda a sua equipe, onde por quase dois anos, tive a oportunidade de me conhecer e desenvolver enquanto profissional da área de articulação e captação. Lá vivi experiências que irei levar para o resto da minha vida e conheci pessoas que guardo no meu coração. Obrigada por me permitirem realizar o sonho da minha eu criança de mudar o mundo. Inquestionavelmente, entrei Giulia e saí Maju.

Agradeço a minha psicóloga, Ju, que está comigo desde a minha mudança para Aracaju, me acompanhando durante todas as fases, antes mesmo do meu ingresso na UFS. Obrigada por ser luz, organização e discernimento em momentos de tanta ansiedade, imediatismo e medo, obrigada por ser tão acolhedora em momentos de conquistas e felicidades. Sem a sua ética, paciência e compreensão nas minhas semanas, eu não teria chegado até aqui. Muito obrigada.

Aos grandes amigos que a vida me presenteou, Lara, Tiago, Dan, Marina, Mylly, Wall, Mymy, Rodrigo, Ana Rita, Jonas, Brenda e tantos outros que fazem parte do meu ciclo, muito obrigada por sempre estarem ao meu lado, me incentivando e acreditando no meu potencial. Vocês foram refúgio, força e casa, foi olhando para vocês que pude lembrar quem eu realmente sou e quem quero ser. Aos amigos que vieram na fase universitária, quero agradecer ao grupo “Bunitos” que mesmo com as mudanças de rotinas, faculdades e até país,

sempre se esforçaram para manter nossa amizade latente. Vocês foram risadas e alegria em momentos difíceis, mesmo sem perceber. Aos amigos que encontrei na Ufs, Victor, Dani, Marcela, Ana Júlia, Mell e todos que fizeram a rotina exaustiva um pouco mais leve. Em especial, meu trio Gab e Giu, obrigada por terem sido alívio em dias difíceis, abraços nas conquistas, risadas entre as aulas, fofoca no Moura e casa mesmo quando eu estava longe dela. Apesar de eu não estar na UFS para fazer amigos, não sei o que teria sido de mim sem vocês, principalmente nessa reta final. Obrigada por caminharem comigo lado a lado, me acolhendo sem julgamentos e me lembrando o quanto valeu a pena continuar. Amo muito todos vocês.

Por fim, quero agradecer a Giulia, sonhadora de 17 anos que um dia ousou tentar, e a de 21 que mesmo sem saber como, escolheu seguir acreditando quando era mais fácil duvidar. Este trabalho e a conclusão desta graduação são a prova de que o conhecimento transforma vidas, e de onde meus pés são capazes de chegar quando eu começo a perder o medo de ser grande. Minha trajetória com o universo das Relações Internacionais trouxe a Giulia criança de volta. Obrigada vida, por me proporcionar seguir uma carreira que por toda uma infância me imaginei. Dito isso, coragem e esperança, afinal “Vienna it 's waiting for me.”

“A propaganda é para uma democracia o que o porrete é para um estado totalitário.”

(Noam Chomsky)

RESUMO

O presente trabalho analisa como a União Europeia recorreu à diplomacia midiática para construir uma identidade europeia comum. A pesquisa parte da hipótese de que o bloco faz uso de estratégias comunicacionais pautadas na lógica do pertencimento coletivo, através de símbolos, discursos e campanhas. Logo, esse estudo é justificado pela importância da comunicação política para a projeção de poder e formação identitária no sistema internacional. Com o objetivo de entender de que modo a diplomacia midiática reafirma a coesão simbólica e institucional da liderança, especialmente face à instabilidades, momentos como o Brexit e o crescimento de forças nacionalistas. A abordagem adotada é qualitativa, investigando, dentro do recorte temporal de 1992 a 2020, os relatórios do Eurobarômetro, documentos oficiais e canais de comunicação institucional, com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Diante disso, os resultados dessa análise evidenciam que essa prática diplomática atua enquanto um instrumento de legitimação simbólica, ao articular especificamente discursos de identidade e segurança. Conclui-se que a comunicação estratégica é central na consolidação do projeto europeu, já que dissemina valores, caracteriza percepções e corrobora para um imaginário comum, embora enfrente limitações estruturais advindas da fragmentação política e da necessidade de consenso entre os países membros.

Palavras-chave: Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE); Tratado de Maastricht; Tratado de Lisboa; Cidadania Europeia; Narrativas Estratégicas.

ABSTRACT

This paper analyzes how the European Union has used media diplomacy to build a common European identity. The research is based on the hypothesis that the bloc uses communication strategies based on the logic of collective belonging, through symbols, discourses, and campaigns. Therefore, this study is justified by the importance of political communication for the projection of power and identity formation in the international system. The aim is to understand how media diplomacy reaffirms the symbolic and institutional cohesion of leadership, especially in the face of instability, moments such as Brexit, and the growth of nationalist forces. The approach adopted is qualitative, investigating, within the time frame from 1992 to 2020, Eurobarometer reports, official documents, and institutional communication channels, based on Bardin's Content Analysis (2011). Given this, the results of this analysis show that this diplomatic practice acts as an instrument of symbolic legitimation, specifically articulating discourses of identity and security. It is concluded that strategic communication is central to the consolidation of the European project, as it disseminates values, shapes perceptions, and corroborates a common imaginary, despite facing structural limitations arising from political fragmentation and the need for consensus among member countries.

Keywords: European External Action Service (EEAS); Maastricht Treaty; Lisbon Treaty; European Citizenship; Strategic Narratives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Assinatura do Tratado de Maastricht em 07 de fevereiro de 1992.....	21
Figura 2: Tratado de Maastricht, 1992.....	24
Figura 3: Assinatura do Tratado de Lisboa em 13 de dezembro de 2007.....	26
Figura 4: Quadro de categorias e recorrências temáticas.....	41
Figura 5: Nuvem de palavras elaborada a partir do corpus documental analisado.....	42
Figura 6: Cartaz do Dia da Europa, 9 de maio 2001.....	45
Figura 7: Manifestantes a favor da saída do Reino Unido da União Europeia exibem cartazes em Londres, 2016.....	51
Figura 8: Manifestantes anti-Brexit em Londres em 19 de outubro de 2019.....	52
Figura 9: Faixas a favor do Brexit.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEE	Comunidade Econômica Europeia
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
SEAE	Serviço Europeu de Ação Externa
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. HISTÓRICO PRÉ-TRATADO DE MAASTRICHT: RECONSTRUÇÃO EUROPEIA E PRIMEIRAS INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO.....	18
1.1. O Tratado de Maastricht: A criação da União Europeia.....	20
1.2. Pós-Maastricht: O Tratado de Lisboa e as relações exteriores da União Europeia...24	
2. A DIPLOMACIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: TRANSFORMAÇÕES E NOVOS INSTRUMENTOS.....	28
2.1. Papel da comunicação e a diplomacia pública.....	31
2.2. Papel da diplomacia midiática e suas estratégias de política externa.....	33
3. A DIPLOMACIA MIDIÁTICA DA UNIÃO EUROPEIA E A PERCEPÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO EUROBARÔMETRO.....	37
3.1. Metodologia: Análise de Conteúdo e abordagem temática.....	38
3.1.1. Composição e delimitação do corpus de análise.....	39
3.1.2. Construção e codificação das categorias.....	40
3.2. A identidade europeia na diplomacia midiática: evidências do Eurobarômetro, discurso institucional e circulação midiática.....	43
3.3. A segurança na diplomacia midiática: evidências do Eurobarômetro, discurso institucional e circulação midiática.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

A construção de uma identidade europeia comum tem sido uma das pautas políticas e simbólicas da União Europeia em sua trajetória enquanto projeto regional. Para além de um bloco econômico, a liderança tem procurado afirmar-se como uma comunidade de valores compartilhados, para isso, recorrendo a aparatos comunicacionais múltiplos e elaborados. Nesse cenário, a diplomacia midiática emerge como um mecanismo estratégico que articula narrativas identitárias, reforça a coerência interna e promove a sua projeção internacional.

A pesquisa tem como problemática a forma como a União Europeia utilizou a diplomacia midiática como instrumento de construção de uma identidade europeia comum. Por sua vez, a investigação parte do pressuposto de que a União mobiliza para isso estratégias comunicacionais centradas na lógica do pertencimento coletivo, através de discursos, campanhas e símbolos que operam tanto no campo simbólico quanto no institucional. A realização do trabalho justifica-se pela necessidade de compreender como a comunicação política atua na promoção de poder e formação de identidades comuns em projetos de integração regional. Além de pontuar sobre a relevância do uso da mídia e da comunicação para o universo das Relações Internacionais. Em um panorama global marcado por instabilidades como crises internas, ascensão de forças nacionalistas e movimentos separatistas como o *Brexit*, entender como o discurso da União Europeia reflete os limites e potencialidades da sua atuação política, principalmente perante os seus cidadãos, é necessário e pertinente.

Logo, tem o objetivo de analisar como a diplomacia midiática foi utilizada para construir e propagar uma identidade europeia comum, como também no que se refere às suas estratégias comunicacionais adotadas, principalmente em narrativas securitárias presentes nas mesmas, e como isso corrobora para influenciar o imaginário coletivo vigente. O método utilizado é qualitativo e aplicado por meio de uma análise de conteúdo que verifica dados da opinião pública dos relatórios do Eurobarômetro, como também documentos oficiais e comunicações institucionais. Ao seguir a abordagem de Bardin (2011), estrutura-se em três fases relativas à pré-análise, exploração do corpus e tratamento dos resultados. Sob essa perspectiva, o primeiro capítulo da pesquisa apresenta o histórico da integração europeia, com ênfase nos marcos institucionais e nos tratados fundadores, dentro do recorte temporal

definido entre 1992 e 2020. O segundo capítulo discute os fundamentos teóricos da diplomacia midiática, comunicação política e a construção de identidades. Já o terceiro capítulo realiza, de fato, a análise empírica das estratégias discursivas da União, com base nos relatórios do Eurobarômetro e nas manifestações comunicacionais das instituições. Com este estudo, espera-se contribuir para o debate sobre a diplomacia pública no campo da União Europeia e das Relações Internacionais como um todo, salientando a importância da comunicação como um meio de conquistar poder simbólico, formar identidades e projetar legitimidade no sistema internacional contemporâneo.

1. HISTÓRICO PRÉ-TRATADO DE MAASTRICHT: RECONSTRUÇÃO EUROPEIA E PRIMEIRAS INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa precisou enfrentar as sequelas de um conflito que deixou rastro de destruição econômica, humana, territorial e moral imensuráveis. O continente que se deparava fisicamente arrasado e psicologicamente esgotado entre os anos das duas grandes Guerras, de 1914 a 1949, passou pelo pior período da sua história segundo Kershaw (2015), marcado pelo desgaste do Estado-Nação e a convivência com o fantasma do trauma coletivo assombrando aquela sociedade ali sobrevivente. Assim, descrita por Judt (2013) como uma terra arrasada moral e materialmente em sua obra *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*, milhões de cidadãos encontravam-se mortos, feridos, doentes, deslocados e abalados. Dessa forma, a cicatriz coletiva de exaustão emocional e política, derivada do conflito, influenciou veementemente na formação das conhecidas Comunidades Europeias, que será aprofundado posteriormente e que vieram a constituir a atual União Europeia, ao se transformar em um motor político de cooperação e integração entre Estados historicamente rivais, a exemplo da França e Alemanha.

Por isso, a reconstrução europeia, advinda de um contexto pós-Segunda Guerra, fez do choque do conflito uma tradução política do trauma, inicialmente tentando estabilizar economicamente seu território e institucionalizar a paz. Dessa maneira, em um contexto bipolar da Guerra Fria e de divisão geopolítica, a Europa sentia a necessidade determinante de uma renovação moral que freasse a violência estrutural e os revanchismos recentes do conflito. É a partir deste ambiente que a declaração do ex-ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, se faz pertinente ao afirmar que “A paz mundial só poderá ser salvaguardada mediante esforços criativos à altura dos perigos que a ameaçam” (União Europeia, 1950). Nessa conjuntura, surge a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a CECA, em 18 de abril de 1951 (União Europeia, 1951), como uma solução inovadora proveniente do plano Schuman (1950), que propunha a partilha de setores estratégicos, a gestão coletiva das indústrias pesadas de seis países assinantes do tratado (1951), sendo eles: Alemanha, Itália, França, Países Baixos, Luxemburgo e Bélgica. Deste modo, ao dar o primeiro passo para garantir a paz duradoura, também buscava prevenir a eclosão de um novo ataque entre essas nações, já que não havia capacidade de fabricar armamentos essenciais,

tornando, dessa forma, a guerra “não apenas impensável, mas materialmente impossível” (Schuman, 1950).

Concomitantemente, através dos esforços para a reestruturação de uma Europa mais integrada e simbiótica, é estabelecido pelos membros da CECA por meio do Tratado de Roma (União Europeia, 1957) a Comunidade Econômica Europeia (CEE), com a função principal de garantir um mercado interno comum pautado na livre circulação de bens, capitais, pessoas e serviços. Todavia, essa lógica puramente econômica já dava sinais da necessidade de organização também política, de modo que, para essa nova estrutura funcionasse, era exigida uma coordenação institucionalizada que amenizasse possíveis desavenças e gerisse as demandas nacionais alcançando os interesses coletivos. Situação essa, parcialmente prevista e amplamente interpretada no próprio preâmbulo do Tratado de Roma (União Europeia, 1957) que já afirmava a determinada intenção de “estabelecer os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus” (União Europeia, 1957) enquanto uma promessa baseada na rejeição emocional e moral da guerra.

Entretanto, foi só em 1970, representando um marco institucional decisivo e histórico, que nasceu a CPE, Cooperação Política Europeia (União Europeia, 1970), com a intenção de firmar, cada vez mais, a construção de uma identidade diplomática europeia. Perante isso, sua política externa em contexto instável de mudanças do sistema internacional, a CPE permeou a atuação conjunta dos países membros em posições estratégicas, ao coordenar decisões, crises e fóruns, mesmo que embora inicialmente funcionasse de modo informal e intergovernamental, permitiu o amplo desenvolvimento dessas atividades e atuações. Todavia, foi só com o Ato Único Europeu (União Europeia, 1986) que a CPE foi devidamente formalizada, permitindo maior integração econômica, organização política e adequação, como também articulação institucional por mecanismos decisórios.

Já a década de 1980 é marcada pela queda do Muro de Berlim, especificamente em 1989, abrindo pela primeira vez em 28 anos a fronteira entre o Ocidente e o Leste Europeu, simbolizando assim a necessidade exponencial de uma dimensão política e institucional estratégica mais robusta da Europa na nova conjuntura internacional que se formava em um contexto pós-Guerra Fria. À medida em que a economia e a política se integravam, crescia também a indispensável e latente consciência de maior representação diplomática no cenário global ali vigente. Dessa forma, formou-se um ambiente conveniente que serviu como

alicerce e impulso para a construção do então projeto europeu com o Tratado de Maastricht (União Europeia, 1992).

1.1. O Tratado de Maastricht: A criação da União Europeia

Como uma resposta à extrema necessidade de estabilização econômica e política em uma Europa traumatizada, surgem as tentativas de integração, segundo Dinan (2014), o qual afirmava que a memória de guerra seria uma premissa essencial no que se refere às tomadas de decisões estratégicas até o início dos anos 1990, em que havia um impulso político e moral em prol de uma cooperação que evitasse o retorno de um nacionalismo destrutivo naquele território. Por esse viés, que nos deparamos com o marco histórico do nascimento formal da União Europeia com o Tratado de Maastricht (União Europeia, 1992), assinado em 07 de fevereiro de 1992 pelos 12 Estados-Membros da então Comunidade Econômica Europeia (CEE), sendo eles: França, Alemanha, Itália, Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Dinamarca, Países Baixos, Luxemburgo, Grécia, Portugal e Espanha, mas só entrando em vigor em 01 de novembro de 1993 (União Europeia, 1993). Dessa forma, foram estabelecidos três pilares fundamentais para a sua atuação: as Comunidades Europeias (supranacional), a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Justiça e Assuntos Internos.

Assim, durante o processo de integração europeia é o Tratado de Maastricht (União Europeia, 1993) que marca essa transformação do projeto econômico europeu para também uma coesão de interesses políticos e sociais. Fato este, podendo ser percebido explicitamente no próprio tratado, o qual estabelece: “Pelo presente Tratado, as ALTAS PARTES CONTRATANTES instituem entre si uma UNIÃO EUROPEIA, adiante designada por ‘União’.” (Tratado da União Europeia, 1992, Artigo A).¹ Numa tentativa de superar a antiga maneira de funcionamento das então Comunidades Europeias, inaugura o novo bloco europeu enquanto uma entidade política conjunta, coesa e solidária entre si.

¹ Originalmente Artigo A, renumerado como Artigo 1.º após os Tratados de Amsterdã (1997) e Lisboa (2007). União Europeia, 1992.

Figura 1: Assinatura do Tratado de Maastricht em 07 de fevereiro de 1992



Fonte: Serviço Audiovisual da União Europeia

Paralelamente, forma-se uma nova arquitetura institucional a partir do modelo dos três pilares anteriormente citados. O primeiro pilar, e mais poderoso supranacionalmente se refere justamente às Comunidades Europeias, as quais agora passam a usufruir de maior poder perante as instituições e mais integração. Desse modo, funcionam a partir de todas as políticas comunitárias que abrangem o mercado interno, a união monetária, políticas sociais e econômicas, agricultura, transportes e meio ambiente.

Já o segundo pilar, trata-se da PESC, a Política Externa e de Segurança Comum em que os Estados-Membros de maneira intergovernamental reforçam a sua capacidade de ação conjunta e cooperam no que se refere aos assuntos de defesa, à política externa, à tomada de decisões e aos posicionamentos internacionais. Como é exemplificado no artigo J.1 do tratado em que: “A União e os seus Estados-Membros definirão e executarão uma política externa e de segurança comum, regida pelas disposições do presente Título e extensiva a todos os domínios da política externa e de segurança.” (Tratado da União Europeia, 1992, Artigo J.1).² Assim, este segundo pilar evidencia oficialmente a necessidade e demanda europeia de ação em grupo, ressaltando sua capacidade diplomática, projeção normativa, estabilidade, além da

² Originalmente Artigo J.1, renumerado como Artigo 24.º após os Tratados de Amsterdã (1997), Nice (2001) e Lisboa (2007). União Europeia, 1992.

sua influência no panorama global, potencializando a relevância do continente europeu para o mundo.

Quanto ao terceiro e último pilar, baseado na Justiça e Assuntos Internos, no que se refere à segurança pública, inclui cooperação policial e judiciária em matéria penal, política de imigração, controle de vistos e fronteiras, como também o combate ao terrorismo e ao crime organizado. Já que de acordo com o artigo K.1, “Os Estados-Membros consideram uma questão de interesse comum a cooperação em matéria de justiça e assuntos internos.” (Tratado da União Europeia, 1992, Artigo K.1)³

Em paralelo, Maastricht também definiu e desenvolveu uma União Econômica e Monetária entre os Estados-Membros, a qual de forma inovadora, por assim considerar, estabeleceu alguns critérios de convergência fundamentais que incluíam o controle da inflação e de déficits, estabilidade do câmbio, alinhamento de juros e por fim, a criação do euro. Dessa forma, em 1º de janeiro de 1999 o euro é lançado e introduzido em 11 países⁴ (União Europeia, 1999). Logo, o tratado preparou a base jurídica e estabeleceu alicerces para a entrada na zona do euro, de modo que, uma união desse nível dispõe de muitos benefícios, à medida que viabiliza melhores movimentos comerciais, fomenta o desenvolvimento econômico e orçamentário, além de promover mais oportunidades de escolha e logística. Dito isso, é possível perceber que o estabelecimento da moeda única permeou um processo de interdependência constante, não se definindo apenas como um símbolo econômico, mas de formação política e identitária. Nesse sentido, a União Europeia de forma coordenada e crescente, tornou imprescindível a sua atuação externa frente às áreas de comércio internacional, regulação financeira e, principalmente, representação institucional, como em fóruns globais, por exemplo.

Simultaneamente, o Tratado de Maastricht se provou um marco fundamental para o fortalecimento democrático da União, através do reforço da existência do Parlamento Europeu. Já atuante de forma consultiva desde 1958 (União Europeia, 1958), com mais poder legislativo e orçamentário passa a instituir o Procedimento de Co-decisão, que atualmente se refere ao Processo Legislativo Ordinário, impactando estruturalmente o seu papel no sistema

³ Originalmente Artigo K.1, renumerado como os Artigos 67.º, 71.º e 89.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) após os Tratados de Amsterdã (1997), Nice (2001) e Lisboa (2007). União Europeia, 1992.

⁴ Em 1º de janeiro de 1999, o euro foi lançado como moeda eletrônica para transações financeiras e comerciais em 11 países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal. União Europeia, 1990–99.

institucional e contribuindo para maximizar a legitimidade democrática, como também ampliar seu controle político, solidificando o Parlamento como um significativo representante da sociedade europeia (Tratado da União Europeia, 1992).

Ademais, é citado pela primeira vez no tratado, de forma inovadora, a criação do conceito de Cidadania Europeia, assim, se configurando como outro momento importante de afirmação da transição de um espaço antes puramente econômico para um bloco social e político. Por isso, ao declarar no artigo D que “É instituída a cidadania da União. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro.” (Tratado da União Europeia, 1992, Artigo D)⁵, além de ratificar a formação de uma identidade europeia comum, também assegura alguns direitos políticos antes inexistentes, permitindo a livre circulação e residência, proteção diplomática e direitos eleitorais.

Por fim, o Tratado da União Europeia (1992) reforça princípios fundamentais que constituem a sua identidade, ao declarar por meio do artigo F, n° 1 que "A União é fundada sobre os princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, e do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados-Membros." (Tratado da União Europeia, 1992, Artigo F).⁶ Também busca incorporar novas áreas de competência das suas políticas, como uma maneira de potencializar o bem-estar dos cidadãos desse novo projeto europeu, abrangendo dentre elas, educação, saúde pública, cultura, proteção social, desenvolvimento, progresso e coesão econômica.

Diante do exposto, é possível concluir que devido ao profundo trauma proveniente da Segunda Guerra Mundial, os cidadãos começam a busca por uma nova configuração de convivência que traga a paz duradoura para o seu imaginário coletivo. Este fato, cria um escopo moral e emocional para a consolidação oficial do projeto da União Europeia através do Tratado de Maastricht (1992), tal qual uma entidade articulada, influente e principalmente política, atuando para promover solidariedade e a cooperação entre seus Estados-membros.

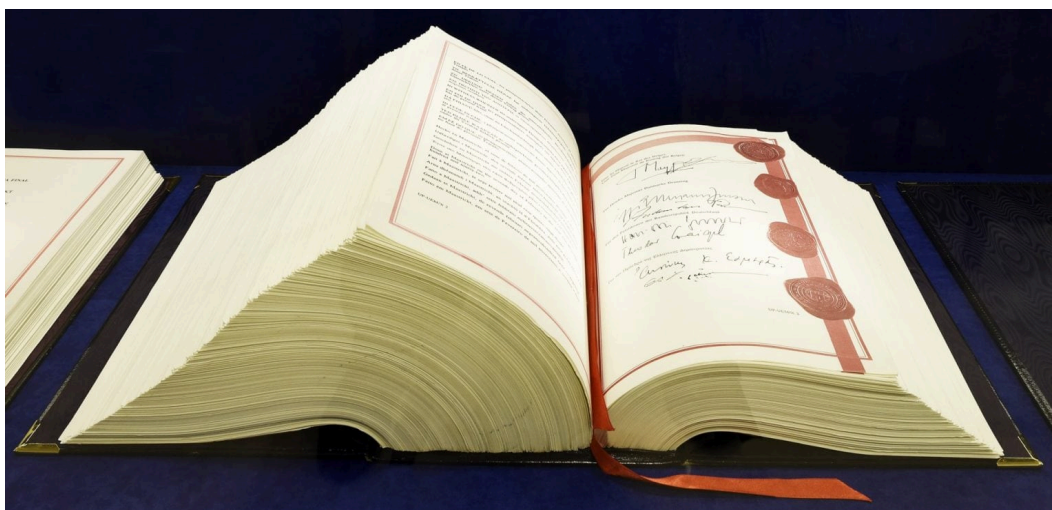
Contudo, ao longo de considerável parte da sua história, a atuação internacional do bloco não se traduziu na solidificação de uma política externa verdadeiramente unificada,

⁵ Originalmente Artigo D, renumerado como Artigo 9.º do Tratado da União Europeia (TUE) e Artigo 20.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) após os Tratados de Amsterdã (1997) e Lisboa (2007). União Europeia, 1992.

⁶ Originalmente Artigo F, n.º 1, renumerado como Artigo 6.º, n.º 1 após o Tratado de Amsterdã (1997) e, posteriormente, como Artigo 2.º do Tratado da União Europeia (TUE) pelo Tratado de Lisboa (2007). União Europeia, 1992.

apesar do sucessivo desenvolvimento das suas relações externas com mecanismos de cooperação com terceiros e acordos internacionais. Conforme destaca Costa (2017, p. 165), “a evolução da política externa da União Europeia ao longo dos últimos sessenta anos foi gradual e incremental” em um processo de integração que avançou prioritariamente no plano interno. Esta concepção evidencia que, durante a sua trajetória, foram consagradas as suas políticas internas, priorizando o aprofundamento econômico, jurídico, social e institucional expostos anteriormente (Soares, 2011), enquanto a sua política externa seguiu fragmentada e dependente do consenso entre os Estados.

Figura 2: Tratado de Maastricht, 1992



Fonte: Studio Europa Maastricht

1.2. Pós-Maastricht: O Tratado de Lisboa e as relações exteriores da União Europeia

Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, a recém consolidada União Europeia enfrentou diversos momentos de sensibilidade política e de crises internacionais, como o 11 de setembro de 2001⁷ e a guerra do Iraque em 2003⁸, que expuseram a sua dificuldade de atuação enquanto um ator global coeso capaz de tomar decisões unificadas. Além disso, a entrada de doze novos membros⁹ no bloco durante esse período diversificou

⁷ Ataques terroristas coordenados aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, realizados pela organização Al-Qaeda que resultaram na morte de cerca de 3.000 pessoas e impulsionaram mudanças drásticas nas políticas de segurança global e nas relações internacionais. Wright, 2007.

⁸ Iniciada em março de 2003 sob a liderança dos Estados Unidos, a Guerra do Iraque teve como justificativa oficial a presença de armas de destruição em massa no regime de Saddam Hussein, uma alegação posteriormente não comprovada, que gerou divisões entre os membros da União Europeia e expôs as fragilidades da sua política externa comum diante de crises internacionais. Bignami, 2003.

⁹ Adesões: Chéquia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Chipre e Malta em 2004; Bulgária e Roménia em 2007. União Europeia, 2000–09.

ainda mais a sua conjuntura, potencializando suas complexidades e alargando sua fragmentação, o que ressaltou a inaptidão europeia em tomar e manter posições consensuais na sua política externa. Logo, a sua projeção externa não implicou na existência de uma política plena integrada, automaticamente. Segundo Hill e Smith (2011), essa condição pode ser exemplificada justamente pela permanência de um caráter intergovernamental e o persistente embate entre interesses nacionais e objetivos comuns da União. Que ao coexistirem com a ausência de um centro decisório único, reafirmam a natureza multifacetada e segmentada da atuação (Costa, 2017). Assim, sua política externa enfrenta limitações estruturais, acerca de constrangimentos burocráticos e institucionais, e não necessariamente da disponibilidade de recursos e a organização de ações. Por isso, havia essa dificuldade de se afirmar como um agente internacional consistente e eficaz frente às demandas do bloco, que tem sua coerência e agilidade estratégica limitados na sua atuação.

Dessa forma, o Tratado de Lisboa surge como uma reformulação¹⁰, uma tentativa de reparar as fragilidades já expostas e testadas da política externa europeia em um contexto internacional cada vez mais competitivo e instável. Assinado em 13 de dezembro de 2007, entra em vigor em 1º de dezembro de 2009 (União Europeia, 2007) com o objetivo de reforçar a visibilidade, a democratização e eficiência, apresenta novos métodos e processos que facilitem essa integração, potencializando uma capacidade de atuação internacional responsiva e com maior peso. Dessa maneira, Lisboa representa essa reforma estrutural, que reconhece a necessidade de reorganizar os alicerces da União, ajudando a concretizar a sua política externa a medida que não a inaugura, mas racionaliza, potencializa sua visibilidade e coerência a práticas externas que, até então, seguiam limitadas e separadas¹¹ (Costa, 2017).

Enquanto um passo fundamental, frente ao seu posicionamento no cenário vigente, foi concedida a personalidade jurídica única à toda a União Europeia, atribuindo poder e representação, reforçando a sua presença em organizações e principalmente, no direito internacional. Nesse sentido, passou a ser permitida a celebração de tratados e negociações

¹⁰ A reprovação do Tratado que estabelecia uma Constituição para a Europa, em 2005, nos referendos realizados em França e nos Países Baixos, levou a União Europeia a abandonar a via constitucional formal e a iniciar um período de reflexão que culminou na negociação e assinatura do Tratado de Lisboa, em 2007. Este novo tratado manteve grande parte das inovações institucionais previstas no projeto constitucional, mas apresentou-as sob a forma de alterações aos tratados existentes, facilitando a sua ratificação pelos Estados-Membros

¹¹ Os Tratados de Amsterdã (1997) e de Nice (2001) representaram etapas importantes na reforma institucional da União Europeia. O Tratado de Amsterdã reforçou a área de liberdade, segurança e justiça, além de ampliar os poderes do Parlamento Europeu. Já o Tratado de Nice preparou a União para o alargamento a Leste, reformando o sistema de voto no Conselho e a composição da Comissão Europeia. Ambos precedem e preparam o caminho para o Tratado de Lisboa (2007). União Europeia, 1990-99; 2000-09.

mais robustas em seu nome enquanto uma entidade própria que procurava consolidar seus valores e interesses, à medida que fortalecia a sua imagem e credibilidade, como expresso no artigo 47º do Tratado da União Europeia em que “A União tem personalidade jurídica” (União Europeia, 2007, Artigo 47).

Como outra principal inovação implementada, foi notório o lançamento do então cargo de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que visou propor uma remodelação institucional ao se estabelecer com uma figura-chave de ação externa europeia. Assim, de forma significativa, proporcionou a superação da existente separação de funções decisórias ao concentrar atribuições antes dispersas da Comissão Europeia ou do próprio Conselho da União Europeia. Este ofício, como garantido no artigo 18º do seu tratado, passa a conduzir a política externa e de segurança comum da União (Tratado da União Europeia, 2007), desempenhando, dessa maneira, um compromisso central de coordenação nas suas diferentes dimensões. Para Duke (2012), por exemplo, esse alto cargo visa representar justamente uma tentativa de garantir mais coerência e visibilidade à sua ação externa.

Concomitantemente, para respaldar a função do representante, foi lançado formalmente em 2011 o SEAE, o Serviço Europeu de Ação Externa (Tratado da União Europeia, 2007), tal qual um corpo diplomático responsável por apoiar, integrar e corroborar a sua atuação. À vista disso, enquanto um elemento estruturante possibilitou uma melhor e mais estável articulação das dinâmicas e demandas, mesmo que ainda tenha que lidar com as limitações provenientes das prioridades dos Estados-Membros, que condicionam sua forma de atuação à necessidade de um consenso, especialmente para temas sensíveis, limitando a autonomia da/para a União.

Figura 3: Assinatura do Tratado de Lisboa em 13 de dezembro de 2007



Fonte: União Europeia

Diante do exposto, é possível apontar que o percurso que abrange todo um contexto desde o pré-Maastricht até a concretização plena do Tratado de Lisboa marca uma reforma, uma virada de inflexão institucional relevante diante de uma anterior reprovação, a qual perpetua um movimento insistente de reafirmação e reestruturação da União Europeia enquanto um sujeito, ator, uma organização e principalmente, um participante ativo/responsivo frente ao sistema internacional.

Ou seja, a vontade crescente da União é ter um papel mais ativo na cena internacional, disponível para o efeito de uma capacidade de atuação autônoma, reforçada por forças militares credíveis, de modo a poder europeu dar resposta rápida às crises internacionais e fazer ouvir a sua voz nos assuntos de política mundial (Soares, 2011, p.102).

Por assim afirmar, mesmo não extinguindo as fragilidades já inerentes do projeto de funcionamento estrutural europeu, Lisboa conseguiu propiciar um aprofundamento institucional, como também uma maior integralidade supranacional, à medida em que passou a se projetar de maneira mais coerente frente a um panorama global. Por isso, em virtude dessa dualidade de percepções que autores como Hill e Smith (2011), defendem que a União Europeia se enquadra, na verdade, como um ator internacional *sui generis*, um ator singular. Que ao comportar e lidar com as competências de um Estado clássico, todavia, também supera os padrões de funcionamento de uma organização internacional tradicional, cujo potencial de ação externa está estritamente interligado ao resultado do equilíbrio existente entre as soberanias nacionais e a integração supranacional.

Logo, é através do Tratado de Lisboa, e a partir do que foi antes definido em Maastricht, que há um desenvolvimento significativo do então e mais consolidado projeto de União Europeia e tudo que tange esse conceito. Mesmo com seus limites e reprovações, esse processo representou o avanço de uma política externa mais visível e engajada, com mecanismos de ação mais estratégicos que reforçassem as relações exteriores do então, fenômeno único, União Europeia.

2. A DIPLOMACIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: TRANSFORMAÇÕES E NOVOS INSTRUMENTOS

Historicamente, a diplomacia é considerada um dos pilares centrais das Relações Internacionais, constituindo-se enquanto um conjunto de práticas fundamentais para a condução das relações entre os Estados. Tradicionalmente, esse exercício esteve associado a instrumentos formais, ao operar majoritariamente, distantes da opinião pública, em esferas limitadas às elites políticas e diplomáticas. Assim, seus interesses eram negociados, seus conflitos resolvidos e acordos construídos através das interações restritas a canais institucionais, missões, tratados e embaixadas. No entanto, mesmo proveniente desse modelo controlado e discreto, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram grandes transformações no sistema internacional, que tensionaram e aprofundaram os mecanismos de funcionamento da diplomacia. Nesse cenário cada vez mais globalizado e interdependente, propenso à contínua emergência de novos atores internacionais, surgiu a necessidade de ampliar e desenvolver o então escopo diplomático. Este, que em um panorama pautado pela progressiva ampliação no espaço público internacional e pela centralidade da comunicação, precisou se adaptar às novas lógicas de atuação, sendo a concepção de diplomacia como apenas uma atividade interestatal fechada, insuficiente.

Nesse contexto, como pontua Bull (2002), a diplomacia é o instrumento central por meio do qual os Estados mantêm relações ordenadas entre si, sendo incessantemente exposta e adaptada às mudanças do quadro global, à medida que abarca as novas dimensões representativas, comunicacionais e sociais em suas negociações. No caso da União Europeia, essa expansão acontece em uma conjuntura institucional complexa. Como defende Duke (2017), a estrutura da política externa europeia é fragmentada e, de maneira híbrida, coexiste em diferentes níveis decisórios para negociar as competências das instituições supranacionais e dos Estados-membros. Essa configuração dificulta a construção de uma atuação externa plenamente coerente, demandando assim mecanismos comunicacionais de legitimação e organização mais efetivos. Sob essa ótica, a vertente diplomática da União acaba não se atendo apenas às arenas internacionais formais, expostas anteriormente, mas buscando insistentemente meios que permitam uma articulação discursiva e simbólica, que potencialize sua coesão e proporcione visibilidade às suas ações.

Por conseguinte, a complexificação das relações internacionais, atrelada ao avanço dos fluxos de comunicação, fez com que a diplomacia passasse a funcionar em um espaço exponencialmente marcado por novos diálogos e graus de interações entre as sociedades civis e a opinião pública internacional. A partir da perspectiva dos estudos de mídia no mundo globalizado, essa transformação pode ser concebida como parte de uma ressignificação mais ampla das relações de poder. Na contemporaneidade, para Castells (2009), esse poder é posto em prática essencialmente por meio da comunicação, uma vez que há uma disputa de interpretações e construções de narrativas sobre conflitos, atores, eventos políticos e principalmente, valores normativos, no espaço midiático. Nesse sentido, a diplomacia passa a operar em uma arena comunicacional na qual pronunciamentos, discursos oficiais, imagens e símbolos são vistos como artifícios estratégicos dos atores para se projetar internacionalmente, à medida em que consensos são propostos e ações são legitimadas. Por isso, a comunicação passa a incorporar estruturalmente a prática diplomática e abandona o papel de coadjuvante nesse processo.

Diante disso, Ianni (1999) contribui para detalhar o entendimento da mídia como um ator político que busca obter êxito no jogo de poder internacional. Para o autor, ela se afirma enquanto uma formadora de opiniões que desenvolveu a capacidade de moldar “mentes” e “corações” dos indivíduos, ao traduzir a mercadoria em ideologia, o consumismo em cidadania e o mercado em democracia. Tal visão perpetua a interpretação de perceber a comunicação como parte estrutural da diplomacia em sua dimensão prática. Logo, em sociedades marcadas pela lógica informacional e em rede, a mídia passa a intervir diretamente nas articulações políticas e diplomáticas, abandonando parcialmente a sua função de canal de transmissão, e configurando-se como agente ativo para comunicar e produzir acordos, valores e percepções. Todavia, reconhecer esse papel de protagonismo político midiático, não implica necessariamente no esvaziamento ou na perda do papel estatal. Valente (2007) requalifica esse possível entendimento de que os Estados, em dado momento, poderiam parar de projetar influência no sistema internacional, por conta das transformações na comunicação, ou teriam sua capacidade decisória automaticamente minada. Ao contrário, redimensionam e reconfiguram suas estratégias de atuação para a aquisição deste objetivo, incorporando a comunicação como recurso central de poder, justamente ao serem apropriados pelos atores estatais e institucionais. Em consonância com essa perspectiva, para Aron (2002) a

informação é considerada um recurso capaz de manter, ampliar e conquistar poder nas relações internacionais entre os Estados.

Nesse processo, a influência política da mídia é exercida sobretudo por meio de mecanismos de seleção, hierarquização, omissão e enquadramento dos acontecimentos. Como apurado por Soares (2012), ao definir o que será destacado, enfatizado ou silenciado, os meios de comunicação corroboram para a construção de expectativas e interpretações específicas da realidade internacional. De forma complementar, Gilboa (2001) introduz o conceito de *media diplomacy* para explicar a prática midiática como parte estratégica integrante do processo diplomático, sendo mobilizada para influenciar agendas, construir consensos e pressionar adversários. À vista disso, a diplomacia contemporânea se desenvolve simultaneamente no espaço público e nos bastidores institucionais e a maneira pelas quais as suas ações ou decisões são comunicadas é tão imprescindível quanto as próprias ações ou decisões propriamente ditas.

Quando são considerados os limites estruturais da política externa europeia, essa superfície simbólica torna-se ainda mais relevante, uma vez que Hill (1993) destaca a discrepância entre o que o mundo espera da União Europeia e o que realmente é passível de execução. Posto isto, o autor enfatiza a chamada *capability-expectations gap*, a lacuna existente entre as expectativas produzidas sobre a sua atuação internacional e suas reais capacidades de ação. Diante dessa distância, como peças estratégicas, o discurso, a comunicação e a projeção de valores ganham centralidade na construção da União como um membro relevante da conjuntura internacional, demonstrando que conseguem sustentar e, principalmente, convencer sobre a sua legitimidade frente a contextos nos quais sua capacidade de ação é insuficiente materialmente.

Destarte, a mídia passou a ocupar uma posição central no modo como as organizações e os Estados arquitetam seus princípios, interesses e identidades no sistema global hodierno. Ao participar da construção discursiva da diplomacia, a mídia busca não apenas informar ou negociar, mas também contribuir para moldar interpretações, promovendo consensos simbólicos e propagando convicções. Nessa circunstância, os entrelaçamentos entre a comunicação política, a formação de identidades coletivas e a produção simbólica evidenciam

a mídia como um espaço de disputa de narrativa e de legitimação no campo das Relações Internacionais.

2.1. Papel da comunicação e a diplomacia pública

Especificamente após a Guerra Fria, a compreensão do conceito de diplomacia pública, a partir da incorporação da comunicação, maximiza o arcabouço teórico para a condução das relações internacionais. Ao se distinguir do tradicionalismo, a prática diplomática pública se descreve como os empenhos diretos de influenciar as atitudes e visões estrangeiras, perpassando a interlocução entre os governos. De acordo com Cull (2009, p. 12), é “o esforço de um ator internacional para gerir o ambiente internacional por meio do engajamento com públicos estrangeiros”, se caracterizando como o conjunto de atuações, através da comunicação, baseadas estrategicamente na construção da credibilidade, imagem e legitimidade.

Por conseguinte, essa se articula diretamente a ideia formulada por Nye (2004) de *soft power*; em que o poder de um agente internacional define-se pela sua habilidade de conseguir o que almeja por meio da atração e persuasão, não se restringindo apenas à coerção econômica ou militar. Assim, ao moldar escolhas através das narrativas criadas, dos valores propostos e da cultura disseminada, influencia comportamentos e consciências sem necessariamente o uso da força. É nesse ponto que a comunicação deixa de ser um elemento acessório e torna-se um mecanismo essencial para a projeção dessa capacidade, ao permear a propagação de simbolismos e representações políticas que privilegiem determinados contextos sociais. Nesse sentido, a disposição desses recursos estratégicos no exercício do poder internacional atribui à comunicação e, posteriormente, à mídia um papel central como canal de circulação de certas retóricas. Por meio tanto dos veículos tradicionais quanto dos mais atuais, seja rádio, televisão, jornais e até as redes sociais, os Estados começam a competir pelo controle de um imaginário coletivo conveniente aos seus interesses. Portanto, a diplomacia pública além de informar, busca também selecionar temáticas, construir sentidos e estabelecer prioridades discursivas.

No domínio da União Europeia, essa lógica assume um caráter normativo preciso como proposto por Manners (2002), que entende a existência de uma especificidade da sua

atuação internacional, a qual se estrutura fundamentalmente a partir do “poder normativo”, se configurando como a promoção de normas e valores universais. Logo, o poder europeu busca influenciar internacionalmente, não prioritariamente por meios das capacidades materiais ou coercitivas, mas sobretudo através da difusão de princípios como direitos humanos, democracia, paz e Estado de direito. Segundo essa perspectiva, a comunicação não compõe um papel secundário, porém é um fator imprescindível da então política externa europeia e, portanto, contribui para a construção de uma imagem internacional mais consolidada e legítima. Tal orientação encontra respaldo no Tratado da União Europeia, conforme alterado pelo Tratado de Lisboa (2007), que estabelece que “nas suas relações com o resto do mundo, a União afirma e promove os seus valores e interesses” (Tratado da União Europeia, 2007, Artigo 3). Sob esse viés, ao ser operado como um instrumento de afirmação discursiva e representativa, a diplomacia pública da União busca motivar reconhecimento, adesão e confiabilidade para o exterior.

Já no que se refere às minúcias dessa prática diplomática pública, ela não se manifesta de forma centralizada, vertical, ou é administrada por um único órgão responsável por sua comunicação. Em vez disso, ela se caracteriza pelo seu funcionamento através de múltiplas instituições, delegações e representantes, os quais se utilizam de diferentes plataformas e canais para isso. De acordo com Manor (2018), essa estrutura é derivada do conceito de *networked diplomacy*, em que ela funciona em rede, com vários atores comunicando de forma coordenada, orientados por esforços institucionais, ao mesmo tempo que tentam manter uma linha comum. Sob essa lógica, o SEAE, Serviço Europeu de Ação Externa (Tratado da União Europeia, 2007) desempenha um papel fundamental ao articular e alinhar essa comunicação, buscando garantir coerência e visibilidade à ação externa na projeção internacional da União Europeia.

Esse processo evidencia que a comunicação política internacional não é neutra. Muito pelo contrário, ela é pautada justamente por decisões sistemáticas sobre para quem comunicar, como comunicar e o que comunicar. Como pondera Seib (2012, p. 6), “a diplomacia moderna ocorre em um ambiente midiático contínuo, no qual líderes e instituições são constantemente observados e julgados por audiências globais”. Sob obstinado escrutínio público, ela acontece em tempo real, o que impõe aos atores internacionais adaptarem suas estratégias discursivas às dinâmicas vigentes. Dessa forma, antes dispensável, a opinião pública, de maneira central,

começa a exercer força direta sobre a atuação da política externa, que procura validar sua condução num cenário internacional cada vez mais competitivo.

2.2. Papel da diplomacia midiática e suas estratégias de política externa

Sob essa ótica, desenvolve-se um outro conceito, este referente à diplomacia, agora, midiática. Entendida como uma nova e particular dimensão da diplomacia pública, utiliza estrategicamente os meios de comunicação, tanto tradicionais quanto digitais, como instrumentos políticos, de legitimação e influência no sistema internacional. Segundo Gilboa (2001, p. 3), ela refere-se à “utilização dos meios de comunicação como instrumento para influenciar audiências domésticas e internacionais, moldando percepções e comportamentos políticos”. Dessa forma, assume as mais variadas funções ao atuar como um espaço de negociação e contato simbólico, bem como um mecanismo estatal para cumprir seus objetivos sociais. É a partir da mídia que pronunciamentos oficiais, símbolos, imagens selecionadas, discursos e campanhas institucionais são amplamente divulgados, atingindo sobretudo as sociedades civis e o público internacional, em uma tentativa de reforçar interpretações da realidade já estipuladas. Nesse sentido,

A diplomacia midiática surge, assim, como um novo conceito em busca de analisar os sistemas de comunicação usados na diplomacia pelos Estados e organismos internacionais, na tentativa de expressar e defender seus próprios interesses (Burity, 2013, p. 178).

Conforme Manor e Pahlavi (2019), ao desenvolverem o conceito de *strategic narrative management*, a comunicação diplomática não se restringe apenas ao compartilhamento pontual de fatos ou posições oficiais, mas se desenvolve continuamente a partir da gestão de suas narrativas na hodiernidade. Desse modo, ajuda a aprofundar o entendimento de que na diplomacia midiática são estruturadas e difundidas narrativas para o plano doméstico e internacional, à medida que promovem percepções e interpretações específicas. Por isso, existe a operação de um enquadramento discursivo, no qual o conteúdo passado, por quais canais e suas adequações simbólicas se tornam um mecanismo imprescindível de legitimação externa. Aplicada a União Europeia, essa lógica de coordenação narrativa permanece, já que o funcionamento dos seus meios de comunicação institucionais focam na construção de uma credibilidade no campo internacional, como

também na sua previsibilidade e perpetuação, não se restringem as respostas de ocasião. Assim, os autores reforçam que as narrativas tomam um papel, de fato, estratégico, ao procurar evitar incongruências e dissonâncias comprometedoras para a lógica da política externa do bloco, este marcado pela multiplicidade de vozes. Logo, a diplomacia midiática é constituída por um processo duradouro e contínuo de alinhamento de discursos, prioridades disseminadas, interpretações compartilhadas e valores coletivos da liderança no globo, não atuando apenas como um instrumento de persuasão imediata.

Diante do exposto, a narrativa, a visibilidade e o recorte discursivo configuram-se como peças fundamentais de poder, evidenciando uma transformação na maneira de “fazer diplomacia”. Em vista disso, a mídia passa a ser compreendida como participante ativa na transmissão da informação ou mensagem, servindo de mediadora entre os governos e as sociedades. Cull (2009) aponta que, na hodiernidade, a mídia ampliou drasticamente o alcance e a velocidade da comunicação diplomática uma vez que a diplomacia midiática, em um contexto de massificação da informação, passou a ser uma das vertentes mais notórias da diplomacia pública. Nessa situação, a naturalização e reiteração de narrativas políticas e identitárias consolida e legitima simbolicamente valores, como paz, democracia e cooperação, propagados.

Concomitantemente, a diplomacia midiática não está isenta das críticas. Chomsky (2003) alerta sobre o potencial manipulador dos meios de comunicação, ao afirmar que o seu emprego possibilita a manutenção de consensos convenientes às elites políticas e um controle discursivo, sintetizado na ideia de que a propaganda seria para a democracia o que o porrete é para o Estado totalitário. Nesse panorama, essa prática diplomática envolve riscos e contradições ao ser exercida através da mídia e interpretada tanto como um aparato válido de comunicação quanto como um recorte estratégico da realidade, que escolhe narrativas favoráveis e silencia visões dissonantes, para garantir a coesão política e institucional.

Na atualidade, Baudrillard (1994) corrobora para expandir o entendimento sobre como a política vira produção de sentido. Para o autor, a comunicação midiática produz simulacros, um consumo simbólico de significados, não apenas objetos e enquadramentos. Por isso, os públicos não só consomem decisões concretas ou fatos, mas sim representações e construções. Aplicada ao campo europeu, essa lógica esclarece que discursos de pertencimento, imagens institucionais e valores como segurança e paz passam a ser produto de consumo e expectativas, é projetado o conceito de Europa e o cidadão consome o signo do “ser europeu”,

não apenas suas políticas concretas. Diante disso, ocorre uma produção de sentidos socialmente compartilhados, nos quais a sua validade é construída a partir da circulação contínua de significados que conferem coesão, visibilidade e reconhecimento à atuação externa.

Além disso, ao associar a obra de Debord (1967), *A Sociedade do Espetáculo*, percebemos uma exemplificação da circunstância internacional analisada. Assim, através da mídia, a política é formada sob a lógica que privilegia a visibilidade, a massificação, como também a dramatização. Nessa perspectiva, ocorre a espetacularização da diplomacia, à medida que são propostas encenações sociais, as quais estruturam como esses discursos são socialmente experimentados e fortificam argumentos de unidade, pertencimento e legalidade da atuação externa dos Estados. Desse modo, principalmente durante a era digital, o espetáculo torna-se parte da sociedade por contribuir para a construção de identidades coletivas e possibilitar projetos políticos que se reorganizam e se sustentam em formatos midiáticos capazes de gerar reconhecimento, adesão e coerência.

Dado o papel central da mídia na criação e distribuição de sentidos, é necessário ressaltar como os processos comunicacionais se conectam à construção das identidades coletivas. Neste aspecto, Hall (1997) contribui com a concepção de identidade como uma formulação discursiva, não necessariamente natural e imutável. Historicamente produzida através de representações e simbolismos, para o autor, elas são construídas no eixo do discurso, e são configuradas pelas narrativas e categorias constantemente. Retóricas essas que ditam a maneira que os indivíduos e os grupos se reconhecem e são reconhecidos socialmente. Sob tal ponto de vista, a mídia serve como um espaço de mediação simbólica, no qual a produção de sentido é criada, negociada e fortalecida. O autor salienta que os discursos constituem realidades sociais de pertencimento e legitimidade, além de refleti-las. Conseqüentemente, a comunicação política e diplomática, ao privilegiar certos panoramas e representações, também contribui para a construção de identidades coletivas. Por oferecer repertórios simbólicos que influenciam percepções identitárias sobre “quem somos” e “qual o nosso lugar” no mundo. No que se refere à diplomacia midiática, a abordagem destrinchada possibilita concluir que os recursos comunicacionais aplicados estrategicamente pelos atores internacionais se estende à criação de significados duradouros capazes de sustentar narrativas identitárias, não se limitando à persuasão momentânea ou à gestão imediata de crises. Assim, identidade surge como resultado de processos discursivos repetidos, nos quais a mídia

enquanto espaço privilegiado de circulação e solidificação simbólica, estabelece a base para análises mais específicas sobre como as identidades coletivas se formam no âmbito da União Europeia. A ideia de Smith (1991) se associa justamente por pontuar que essas identidades são pautadas em um agrupamento de mitos, símbolos, historiografia e discursos valorativos compartilhados. Então, ao dispor o sentido de pertencimento a determinados grupos, exercem papel central na consolidação dessas consciências, as quais são reconhecidas mutuamente e internacionalmente, não sendo fixas, mas sim um processo constante de reforço da dinâmica simbólica e discursiva de funcionamento.

Por fim, Canclini (1995) contribui ao permitir aprofundar o entendimento da diplomacia midiática a partir de uma lógica de consumo de participação social, de percepção política e de prática cultural, e não de um caráter puramente econômico ou restrito ao mercado. Mesmo sendo um campo ambíguo, no qual coexistem dinâmicas de dominação e apropriação, para o autor é também um campo de produção de sentido e inserção de narrativas sociais na modernidade tardia. Por essa razão, corrobora a ideia de que as identidades, anteriormente citadas, são vividas no cotidiano e na formação de um sentimento de pertencimento coletivo por meio do consumo simbólico. Este, que é forma contemporânea de participação cidadã, quando aplicado ao contexto da União Europeia, constrói representações, difunde retóricas, promove campanhas comunicacionais, que vão desde o euro, a sua cidadania ou a bandeira, não se configurando exclusivamente como resultado de imposição institucional. Portanto, a identidade europeia pode ser compreendida como uma construção: ela não é só imposta, ela é consumida, apropriada e performada pelos cidadãos, a partir do momento em que houve uma adesão simbólica a esse projeto de integração em escala continental.

3. A DIPLOMACIA MIDIÁTICA DA UNIÃO EUROPEIA E A PERCEPÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO EUROBARÔMETRO

Este capítulo visa operacionalizar a abordagem qualitativa, ponderada como a mais adequada para uma leitura ampla e multifacetada do conjunto de fenômenos históricos, políticos e comunicacionais apresentados, como também a análise de conteúdo proposta. Com o foco em analisar empiricamente, no âmbito da União Europeia, a construção da identidade através da diplomacia midiática, considerando assim, a articulação e conexão entre comunicação institucional e percepção social. Essa seção, distinguindo-se do caráter majoritariamente teórico e conceitual dos capítulos supracitados, busca fazer uma verificação sistemática dos dados de opinião pública e documentos oficiais, à medida que procura decifrar de que maneira essas narrativas são aceitas e apropriadas pelos cidadãos do bloco.

Na atualidade, a diplomacia midiática configura-se como uma ferramenta crucial ao entrelaçar o poder, a comunicação e a identidade na política internacional. Por criar narrativas e novas percepções, ela impacta diretamente no processo de como os atores são vistos e recebidos. Portanto, para explicar como os Estados e organizações utilizam da mídia para promover ideais coletivos e respaldar sua atuação externa, faz-se necessário compreender os fundamentos dessa prática diplomática, foco da análise sobre a União Europeia que será desenvolvida ao longo desta sequência.

Delimitado por duas fases principais da história da integração europeia, o recorte temporal escolhido abrange os anos de 1992 a 2020, justificado por abarcar momentos importantes da formação burocrática e política da União. Assim, ao representar um ponto de inflexão e formalização da cidadania europeia, a assinatura do Tratado de Maastricht em 1992, representa uma ampliação do escopo integracionista para além da área econômica, englobando componentes simbólicos, identitários e políticos. Por sua vez, já o ano de 2020¹² retrata um período de tensionamento das narrativas de estabilidade, proteção e coesão promovidas, devido às múltiplas crises sanitárias, migratórias, econômicas, e de segurança, as quais evidenciam os limites e a necessidade de reconfiguração discursiva, a exemplo da

¹² O ano de 2020 marcou uma intensificação de desafios para a União Europeia e outros blocos internacionais, devido à pandemia da COVID-19, à saída oficial do Reino Unido da UE (Brexit), e a crises migratórias e econômicas. Giddens, 2021.

consolidação do *Brexit*.¹³ Além disso, observa-se o crescimento de forças políticas da extrema direita em diversas partes do mundo¹⁴. Essa escolha permite a distinção e identificação de padrões, tendências, continuidades, e quebras no que diz respeito à sua recepção social e seus discursos disseminados.

3.1. Metodologia: Análise de Conteúdo e abordagem temática

Fundamentada conforme a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), a análise empírica desenvolvida neste capítulo é entendida como um aparato metodológico que serve para examinar as estratégias de comunicação e suas manifestações midiáticas no contexto europeu. A adoção desse método deriva da origem do objeto investigado, já que a diplomacia por meio da mídia se expressa naturalmente através da produção simbólica, das narrativas legitimadoras e da construção de sentido.

Dessa forma, ao adotar uma abordagem temática, a Análise norteada pelo reconhecimento de agrupamentos de significados recorrentes constata tensões e constâncias nas falas e posicionamentos, que sem minimizar a complexidade do fenômeno, articula variados tipos de fontes e comparações temporais (Bardin, 2011). Nessa ótica, o viés selecionado não percorre apenas as notícias comunicadas, mas sim suas interpretações ideacionais e latentes, fator imprescindível que enquadra esse método como adequado para perceber regularidades e contradições comuns existentes nos diferentes tipos de materiais informativos da União ao longo do período definido. Sob esse prisma, metodologicamente, a análise segue uma lógica de “caminho inverso”. Estruturalmente, se inicia das percepções sociais para, posteriormente, ponderar as retóricas produzidas institucionalmente pela União Europeia. Assim, essa opção analítica privilegia uma visão mais cética da circulação de narrativas e dinâmicas de produção ao evidenciar convergências, lacunas e silêncios entre a narração institucional e a realidade dos cidadãos. Logo, nesse projeto de integração europeia, a recepção social da opinião pública busca compreender os efeitos simbólicos da diplomacia midiática enquanto idealizadora de percepções.

¹³ O Brexit refere-se à saída do Reino Unido da União Europeia, formalizada em 31 de janeiro de 2020, após um referendo realizado em 2016. O processo evidenciou tensões internas no bloco europeu e levantou debates sobre soberania, identidade nacional e integração regional. Magone, 2020.

¹⁴ O avanço da extrema direita no cenário global, especialmente após 2015, tem sido marcado por discursos nacionalistas, anti-imigração e eurocéticos, afetando o equilíbrio político em democracias consolidadas. Eatwell e Goodwin, 2018.

3.1.1. Composição e delimitação do corpus de análise

Nessa pesquisa, o *corpus* empírico é composto por três conjuntos principais de fontes, apuração esta que busca contemplar tanto a produção discursiva das instituições europeias, quanto a dimensão da sua circulação e aceitação no imaginário coletivo. Sob essa perspectiva, o primeiro conjunto refere-se aos relatórios do Eurobarômetro, utilizados enquanto um mecanismo privilegiado para a aferição das percepções, representações e ações dos indivíduos, durante o período compreendido entre 1992, abrangendo a assinatura do Tratado de Maastricht (União Europeia, 1992) até o contexto do *Brexit* em 2020.

Criado em 1974, por Jacques-René Rabier, antigo colaborador de Jean Monnet e Diretor-Geral da Informação, o projeto Eurobarômetro da Comissão Europeia nasceu com a premissa de "revelar aos europeus quem eles são". Desde então, evoluiu e expandiu-se significativamente com diferentes ferramentas de levantamento, utilizado pela Comissão Europeia, pelo Parlamento Europeu e por outras instituições e agências da União Europeia. Assim, é entendido como um instrumento de sondagem utilizado para monitorar regularmente o estado da opinião pública no continente europeu sobre questões relacionadas ao bloco, como também as atitudes em relação a temas de natureza política ou social, fornecendo dados relevantes e de qualidade para especialistas, investigadores, meios de comunicação social e o público em geral (European Commission, 2024).

Adicionalmente, o segundo campo do *corpus* é formado por documentos institucionais oficiais da União, abarcando comunicações, estratégias, tratados e declarações produzidas por variados órgãos do bloco. Diante disso, o SEAE (Serviço Europeu de Ação Externa) (Tratado da União Europeia, 2007), sobretudo a partir de sua institucionalização com o Tratado de Lisboa (Tratado da União Europeia, 2007), ganha destaque especificamente entre 2009 e 2014 em função da sua presença concentrada frente ao desenvolvimento da atuação externa e diplomática. Contudo, a avaliação também inclui documentos do Parlamento Europeu, Comissão Europeia e Conselho da União Europeia, capturando a pluralidade dos discursos institucionais e suas narrativas produzidas resultado de diferentes instâncias da arquitetura europeia.

Por fim, o terceiro conjunto das fontes, de forma a complementar a visão analítica, refere-se aos conteúdos veiculados nas mídias oficiais, além das notícias institucionais da União. Materiais como publicações, sites e postagens nas redes digitais são considerados canais estratégicos, como também recursos, direcionados ao público nacional e internacional, de disseminação da diplomacia midiática¹⁵¹⁶¹⁷¹⁸. Simultaneamente, esse tipo de *corpus* abre uma nova visão para a adaptação e simplificação do horizonte midiático.

3.1.2. Construção e codificação das categorias

Enquanto uma etapa essencial da metodologia designada para essa pesquisa, o procedimento de construção das categorias analíticas, de acordo com Bardin (2011), não é um esquema imutável exigido previamente ao material, mas um instrumento de análise produzido a partir da interação entre o *corpus*, os objetivos e o referencial teórico, já que é por meio deles que há uma organização interpretativa e orientada. Partindo desse pressuposto, como já exposto anteriormente, mediante a leitura flutuante dos relatórios do Eurobarômetro, dos documentos institucionais e conteúdos midiáticos, são definidos os temas de maneira gradual. Nesse ponto, é possível encontrar, principalmente em momentos chaves de crise ou mudança política ao longo do intervalo delimitado (1992-2020), tanto unidades de registro, como também recorrências narrativas. Este fato demonstra o protagonismo desses elementos e temas na recepção social da União e de sua comunicação.

Embora o projeto de pesquisa propusesse um grupo maior de categorias a serem analisadas, como integração política e defesa, empiricamente foi perceptível a codificação de dois eixos temáticos que se sobressaíram consistentemente e são capazes de abranger esses outros elementos coadjuvantes em seu escopo. Como um refinamento em consequência da exploração do material e sua capacidade de compreensão do objeto de estudo e relevância, foram selecionadas duas categorias centrais para a análise: a identidade europeia e a segurança. Estas buscam responder a pergunta norteadora desta investigação sobre em que medida a diplomacia midiática foi utilizada pela União como um mecanismo de influência para a construção de uma identidade e um sentimento de pertencimento coletivo, além de

¹⁵ Documento “Uma Estratégia Global para a Política Externa da União Europeia”. União Europeia, 2016.

¹⁶ Página oficial do Twitter do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE). União Europeia, 2016.

¹⁷ Página oficial da Comissão Europeia. União Europeia, 2016.

¹⁸ Site institucional dedicado às ações externas, diplomacia e relações internacionais da UE. União Europeia, 2016.

aferir a hipótese de que a diplomacia midiática é imprescindível para a construção valorativa e identitária do bloco europeu.

A identidade europeia enquanto primeira categoria foi definida em detrimento da frequência de questões e ecos associados a cidadania, pertencimento, valores comuns, memória coletiva e comunidade política. Estes são achados, mesmo que de forma heterogênea, tanto nos dados do Eurobarômetro, quanto nos documentos oficiais da União. A escolha da identidade europeia como campo, para além do âmbito econômico, possibilita entender como a diplomacia midiática tenta construir e espalhar uma narrativa que sustente simbolicamente o seu projeto de integração. Já a segunda categoria, a segurança, segue um fluxo discursivo estruturante, que apesar de ser vinculado especialmente a partir dos anos 2000 a contextos de estabilidade, ameaças comuns, prevenção de conflitos e proteção, é compreendida sobretudo como uma elaboração simbólica, sendo um discurso ou promessa institucional que serve como mecanismo de legitimação e responsabilização política, não seguindo apenas para seu significado militar ou estratégico.

A consolidação dessas duas temáticas teve em vista também a habilidade de articulação entre a percepção social e o plano institucional, que por vezes, de forma segmentada e até contraditória, participam do imaginário coletivo europeu, não se restringindo apenas aos discursos arquitetados, resultado da sua recorrente presença no *corpus*. Ao mesmo tempo, por privilegiar essas duas categorias, o capítulo quer comparar os limites e as potencialidades da diplomacia midiática, no que diz respeito à sua concepção enquanto eixo interpretativo e de produção simbólica. Assim, reafirma que essas construções são pautadas por disputas de sentido, atravessados por processos complexos e interpretações, não ocorrendo de forma homogênea ou ordenada.

Figura 4: Quadro de categorias e recorrências temáticas

Categoria analítica/ Significantes	Termos recorrentes	Corpus	Função analítica
Identidade europeia	Identidade, cidadania europeia, valores comuns, diversidade, unidade	Eurobarômetro, documentos institucionais, campanhas oficiais	Identificar a construção discursiva do sentimento de pertencimento europeu
Segurança	Segurança, proteção, terrorismo, estabilidade, cooperação	Documentos do SEAE, Estratégia Global, comunicações oficiais	Identificar a legitimação da ação externa por meio da narrativa de segurança

Fonte: elaboração própria (2025)

3.2. A identidade europeia na diplomacia midiática: evidências do Eurobarômetro, discurso institucional e circulação midiática

A identidade europeia desempenha uma posição central perante o movimento de integração da União Europeia, assumindo uma dimensão estratégica no processo de legitimação política e na construção simbólica de um sentimento de pertencimento coletivo. Ao longo do período analisado, entre 1992 e 2020, essa identidade é mobilizada como um elemento com capacidade de sustentação e promoção da coesão interna do projeto europeu. Dessa maneira, é percebida como um processo dinâmico, cheio de entraves, avanços e recuos, não se apresentando como uma crescente homogênea, tampouco linear, entre a articulação da percepção da sociedade e o discurso institucional.

Seguindo a lógica metodológica “inversa” da análise proposta, os relatórios do Eurobarômetro revelam que a identidade europeia se estabelece de forma ambivalente entre os cidadãos desde o início da década de 1990. É observado um alto grau de relevância em relação ao seu processo de integração, no cenário em que surge o Tratado de Maastricht (União Europeia, 1992) que, por exemplo, 75% o consideravam importante ou muito importante, e 54% acreditavam que ele teria um efeito positivo para o seu país. (Comissão Europeia, 1992, *Eurobarômetro Padrão 37*). Logo, esses dados demonstram que, mesmo que a visibilidade sobre o conteúdo fosse inicial e até limitada, a sua representação simbólica enquanto marco identitário era manifestada e começava a se espalhar no imaginário comum. Contudo, em meados dos anos seguintes, o apoio à adesão ao bloco caiu de 72% em 1991 para 54% em 1994 (Comissão Europeia, 1994, *Eurobarômetro Padrão 41*), evidenciando um afastamento gradual entre parte da opinião pública e do projeto europeu. Essas oscilações significativas dos níveis de pertencimento e aprovação à União Europeia sugerem que a identidade não é consolidada automaticamente só pelos progressos institucionais, mas também por contextos econômicos, históricos e políticos vigentes.

Em 2020, o relatório sobre cidadania e democracia observa uma crescente na percepção social sobre o termo “cidadão da União Europeia”, em que 91% dos entrevistados estavam familiarizados e 65% afirmavam saber exatamente o que ele significava. Ainda, 94%

reconheciam que são simultaneamente cidadãos do seu país e da União Europeia, o que expõe e resume o êxito das instituições em difundir o então conceito de cidadania e comprova a consolidação de uma maturidade do bloco (Comissão Europeia, 2020, *Cidadania e democracia na União Europeia*). Concomitantemente, os dados do Eurobarômetro revelam os limites existente na concepção de um “nós” europeu compartilhado plenamente, pois, como exemplificado em 2019, 69% dos europeus afirmavam sentir-se cidadãos da União Europeia, enquanto 71% declararam que as pessoas de seu país têm muitas coisas em comum. Este percentual cai para 51% quando a pergunta se refere ao conjunto da União Europeia, (Comissão Europeia, 2019, *Europeus em 2019*) logo essa identidade tende a se apresentar não de forma substitutiva, mas sobretudo complementar as identidades nacionais. Esses resultados podem ser interpretados à luz da compreensão de identidade como construção discursiva, que segundo proposto por Hall (1997) elas não são fixas ou excludentes, mas constituídas historicamente por meio de representações, o que permite compreender a coexistência de múltiplos níveis identitários.

É possível analisar que, através dos documentos institucionais, a construção da identidade europeia se caracteriza discursivamente, na intenção de fundamentar e legitimar a política. Nota-se uma vontade explícita de consolidar esse pertencimento por meio do lançamento da cidadania europeia, desde o Tratado de Maastricht (Tratado da União Europeia, 1992). Essa formulação inaugural revela, que como citado anteriormente na seção histórica dessa pesquisa, é instituída uma cidadania da União que confere aos indivíduos dos Estados-membros uma partilha de valores, direitos e responsabilidades políticas. Ao combinar com os fatos acima exposto dos relatórios, é pertinente compreender que essa mútua identificação europeia aparece a partir da combinação com a também identidade nacional, reafirmando a intenção não exclusiva e plural do pertencimento ao projeto europeu.

Esse padrão reforça a leitura de Smith (1991), segundo a qual as identidades coletivas se estruturam a partir da historiografia, dos mitos, símbolos e valores compartilhados, que no caso analisado, este fator surge como um processo cumulativo, sustentado por referências simbólicas e normativas reiteradas institucionalmente. O famoso lema “Unidade na diversidade”, adotado no ano 2000, fruto dos debates que antecederam a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (União Europeia, 2000) e, posteriormente, no Tratado de Lisboa (União Europeia, 2007), sintetiza a tentativa da União de construir uma identidade

política comum. Assim, apresenta a diversidade linguística, cultural e histórica não como obstáculo, mas como valor constitutivo do projeto europeu.

Figura 6: Cartaz do Dia da Europa, 9 de maio 2001



Fonte: União Europeia

Nesse sentido, em resposta a situações de tensões e crises, a Comissão Europeia potencializou o seu movimento discursivo e simbólico ao esclarecer a identidade europeia como uma comunidade de valores fundada na dignidade humana, na liberdade, na democracia e na solidariedade, na comunicação do texto “*Promoting our European Way of Life. Protecting our citizens and our values*”¹⁹ (Comissão Europeia, 2019). Assim, mais uma vez, a retórica empregada quer fortalecer o sentimento de participação numa medida que supere as diferenças sociais, escancaradas pelas conclusões práticas das realidades dos cidadãos. Por sua vez, o Parlamento Europeu pontua que a consistência da identidade europeia depende do envolvimento ativo dos cidadãos no processo democrático europeu (Parlamento Europeu, 2019). Esta concepção expõe os esforços para reagir ao distanciamento encontrado nos dados de 2019, em que a confiança na União Europeia atingia 44%, superando a confiança nos governos nacionais e nos parlamentos, mas ainda acompanhada por 46% de desconfiança

¹⁹ Promover o nosso modo de vida europeu. Proteger os nossos cidadãos e os nossos valores. Comissão Europeia, 2019.

(Comissão Europeia, 2019, *Eurobarômetro Padrão 91*).²⁰ Embora, mesmo convivendo com índices moderados de confiança nas instituições e sempre propagando símbolos para sua reafirmação identitária, sua naturalização total ainda é resultante do entendimento de eficácia política e validade democrática.

No documento “*Global Strategy for the European Union’s Foreign and Security Policy*”,²¹ elaborada sob coordenação do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) (Serviço Europeu de Ação Externa, 2016), subtende-se que a União projeta-se com um ator internacional e a sua identidade baseada na promoção de valores comuns. Diante disso, narrativas e benefícios tangíveis são enfatizados na integração, na esfera digital do Parlamento Europeu, da Comissão e do Conselho, que associam recursos simbólicos como os direitos humanos, democracia, multilateralismo, mobilidade e a promoção da paz para garantir coesão externa.

É sob essa perspectiva que a diplomacia midiática europeia exerce a função de disseminar e traduzir para o espaço público de maneira acessível e aplicada, junto à campanhas, notícias e conteúdos vinculados em plataformas oficiais. O programa *Erasmus+*²² resume eficientemente essas iniciativas de cooperação social e cultural do projeto europeu para o benefício coletivo internacional e supranacional. Esse tipo de comunicação, circulada com frequência nos sites e redes, visa atingir e acessar o cotidiano dos cidadãos dos Estados-membros, o que justifica que em 2019, 52% dos europeus associavam a União à liberdade de viajar, estudar e trabalhar, superando referências como o euro (32%) ou a paz (29%) (Comissão Europeia, 2019, *Europeus em 2019*). Este resultado indica que, como sugere Canclini (1995), os processos identitários contemporâneos se constroem também por meio do consumo simbólico, no qual a identidade europeia é vivida na prática e suas narrativas, representações e valores adaptados à realidade. Essa dinâmica confirma seu status de arena de disputa simbólica, justamente por expor os limites da diplomacia midiática enquanto um

²⁰ A desconfiança na União Europeia, que alcançou 46% em 2019 segundo o Eurobarômetro, pode ser atribuída a fatores como o impacto prolongado da crise do euro, a crise migratória de 2015, o Brexit e o crescimento de movimentos nacionalistas e eurocéticos em vários Estados-Membros, que questionam a legitimidade e eficácia das instituições europeias. Comissão Europeia, 2019.

²¹ Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia. Serviço Europeu de Ação Externa, 2016.

²² Manual oficial que reúne objetivos, termos, ações e dados do programa Erasmus+, destacando seu papel na mobilidade estudantil, formação profissional e intercâmbio cultural entre os Estados-Membros da UE. Comissão Europeia, 2022.

instrumento de construção identitária no que tange à ambivalência da desconexão entre as percepções sociais e a imagem institucional positiva. Desse modo, essa análise reafirma que a identidade europeia é mobilizada de maneira estratégica ao longo do período de 1992 a 2020, sobretudo em contextos de fragilidade do projeto político supranacional. Além de atuar como uma contínua construção de sentido e legitimação simbólica. Todavia, marcada por ambiguidades que refletem a complexidade da integração da União Europeia, a qual busca produzir e replicar seus interesses em um contexto profundamente diverso e em constante transformação.

3.3. A segurança na diplomacia midiática: evidências do Eurobarômetro, discurso institucional e circulação midiática

No processo de integração europeia, sobretudo a partir dos anos 2000, a segurança emerge como uma das categorias mais sensíveis e politicamente estratégicas, assumindo centralidade crescente na legitimação institucional da União. Por isso, diferentemente da identidade europeia, cuja elaboração simbólica funciona gradualmente e até de maneira difusa, a lógica securitária do projeto europeu manifesta-se de forma intensa e reativa, principalmente em cenários de instabilidade interna e ameaças externas. Em consonância com a metodologia “inversa” adotada, esta seção analisa, ao longo do período de 1992 a 2020, inicialmente as percepções sociais registradas nos relatórios do Eurobarômetro para, posteriormente, examinar como estas são incorporadas, reorganizadas e, por fim, compartilhadas nos discursos institucionais e através da diplomacia midiática.

A princípio, a segurança se enquadra de forma regular entre as principais preocupações dos cidadãos europeus desde o início dos anos 1990, segundo relatórios do Eurobarômetro (Comissão Europeia, 1992–1995). Em vista disso, no período do Tratado de Maastricht, já é notório uma disposição significativa ao âmbito securitário e político como parte da integração. Logo, evidenciando um apoio inicial que estimula à coordenação supranacional nessa dinâmica, 59% dos cidadãos eram favoráveis a uma união política responsável pela política externa, enquanto 70% apoiavam uma política comum em matéria de segurança e defesa (Comissão Europeia, 1992, *Eurobarômetro Padrão 37*). Entretanto, conforme divulgado no Eurobarômetro Padrão 43 (Comissão Europeia, 1995), com o passar da década de 1990 e mesmo com uma maior criticidade de adesão à União após a queda

percentual do apoio entre 1991 e 1994, os indivíduos mantinham suas expectativas quanto à cooperação internacional. Assim, essa parcialidade é regada de oscilações e ambiguidades, especialmente no que se refere a áreas delicadas de combate ao tráfico de drogas e segurança.

Essa centralidade é ainda mais evidenciada no início dos anos 2000, especificamente após os atentados de 11 de setembro de 2001²³. Foi revelado que houve aumento expressivo dos receios relacionados ao terrorismo com 86%, à proliferação de armas de destruição maciça com 79% e à possibilidade de uma guerra mundial 64%, de acordo com o Eurobarômetro Padrão 56 (Comissão Europeia, 2001), representando um panorama de caos e ansiedade generalizada entre os cidadãos europeus. Paradoxalmente, esse sentimento de medo é complementado por um aumento da confiança no bloco europeu, que ao atingir 53%, sugere que, em meio a situações de instabilidade e ameaça, a União é adotada como um pilar de proteção coletiva (Comissão Europeia, 2001, *Eurobarômetro Padrão 56*). Os relatórios dos dois anos seguintes indicam a continuação dessa tendência, pois a maioria dos cidadãos expressam preocupações persistentes sobre conflitos armados, crime organizado e terrorismo, ao mesmo tempo que seguem incentivando uma política externa e de segurança comum.

Nesse sentido, a década de 2010 também é marcada pela perpetuação desse sentimento de receio coletivo frente ao terrorismo e a imigração, segundo dados do Eurobarômetro. A exemplo de 2015 e 2016, Eurobarômetros Padrões 83 a 86, foi percebido uma alteração na consciência comum sobre segurança, a qual essas temáticas são destacadas quando os entrevistados são perguntados sobre o que eles entendem como maiores desafios enfrentados pela União Europeia (Comissão Europeia, 2015-2016). Dessa forma, essa percepção passa a absorver ameaças transnacionais e difusas de maior complexidade, não sendo só associado exclusivamente a conflitos interestatais. Sob essa ótica, em 2019, dados afirmam que a segurança segue entre os principais desafios percebidos pelos europeus. Todavia, é compreendido que essa categoria ressalta a ambiguidade presente nas opiniões dos europeus, que variam simultaneamente entre expectativa de proteção e fonte de medo, já que 25% mencionam terrorismo e questões de segurança como preocupação central, ao mesmo tempo

²³ Ataques terroristas coordenados aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, realizados pela organização Al-Qaeda que resultaram na morte de cerca de 3.000 pessoas e impulsionaram mudanças drásticas nas políticas de segurança global e nas relações internacionais. Wright, 2007.

que 66% consideram a União Europeia um “local de estabilidade num mundo conturbado”. (Comissão Europeia, 2019, *Europeus em 2019*)

A segurança é concebida, no que tange aos discursos institucionais, como um valor normativo central de atuação do bloco. A intitulada “*A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy*” (Conselho da União Europeia, 2003),²⁴ estreia essa perspectiva ao afirmar que a dimensão securitária europeia é primordial para a estabilidade internacional. Por combinar responsabilidade social e segurança, esse documento estabelece as bases do discurso que, mais tarde, seriam institucionalizadas e operacionalizadas pelo SEAE, o Serviço Europeu de Ação Externa (Tratado da União Europeia, 2007).

Esse quadro ganha respaldo jurídico com o Tratado de Lisboa (União Europeia, 2007), que concretiza a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e cria formalmente o SEAE. Assim, o tratado define que “a ação da União na cena internacional baseia-se nos princípios que inspiraram a sua criação, desenvolvimento e alargamento” (União Europeia, 2007, artigo 21.º) Sob a abordagem da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), essa afirmação serve como uma unidade de contexto que reforça o conjunto normativo da União, no que se refere aos valores fundamentais como segurança, associando também a identidade e legitimidade política.

Portanto, essa narrativa é enfatizada nos relatórios do SEAE e nas suas comunicações iniciais (Serviço Europeu de Ação Externa, 2011; 2012; 2013), com a utilização de termos recorrentes como coerência, visibilidade e segurança dos cidadãos, demonstrando um cuidado crescente com a proteção da população europeia e a visão internacional da União. Como observado por Cull (2009), a frequência do tema da segurança nos discursos e documentos analisados indica um esforço contínuo de estabilização narrativa, aspecto característico das estratégias de diplomacia pública. Dito isto, a segurança começa a ser projetada não apenas como uma consequência a ameaças externas, mas como uma promessa institucional perante os cidadãos. Essas afirmações são unidades de registro principais para a construção discursiva da segurança, ao sintetizar o medo, a identidade coletiva e a proteção. Já nos relatórios do SEAE de 2018 a 2020 (Serviço Europeu de Ação Externa, 2018; 2019; 2020), detecta-se uma

²⁴ Uma Europa segura num mundo melhor: Estratégia Europeia de Segurança. Conselho da União Europeia, 2003.

adaptação discursiva da União ao ampliar o conceito de segurança, incluindo desinformação, ameaças híbridas, e segurança digital. Em um ambiente internacional marcado pela centralidade da mídia e instabilidade informacional, termos como ameaça comum, resiliência e proteção tornam-se constantes.

Na circulação de legitimação de narrativas securitárias, a diplomacia midiática na União Europeia, sobretudo em contextos de crise, exerce grande centralidade no espaço público. Dessa forma, a segurança passa a ser difundida como uma categoria estruturante da ação europeia que protege seus cidadãos, estabiliza a sua região e proporciona coesão entre os Estados-membros, não sendo vista apenas como política pública. A forma como essa segurança é comunicada institucionalmente pode ser compreendida sob o viés da diplomacia midiática, apontada por Gilboa (2001) sobre como temas sensíveis são enquadrados estrategicamente para influenciar percepções e legitimar ações no plano internacional.

Os dados do Eurobarômetro já explicitaram anteriormente que a segurança é considerada um denominador comum entre as principais preocupações dos cidadãos europeus (Comissão Europeia, 2002; 2016; 2019). Diante disto, é imprescindível analisar como este fato é traduzido e figurado discursivamente pelas instituições europeias, como também compartilhadas por meio de seus canais oficiais de comunicação. Nesse sentido, as notícias institucionais da Comissão Europeia e do Conselho publicados demonstram uma dilatação da frequência sobre assuntos de segurança em períodos específicos (Comissão Europeia, 2015–2020; Conselho da União Europeia, 2015–2020). Entre 2015 e 2017, logo após os atentados terroristas ocorridos no território, a União passou a ressaltar narrativas de cooperação, a importância do fortalecimento de fronteiras externas e a propagação de informações de inteligência em seus comunicados oficiais. A exemplo disso, no que se refere a Agenda Europeia de Segurança, é explicitada a necessidade de garantir a segurança dos cidadãos europeus a partir de reações coordenadas e supranacionais (Comissão Europeia, 2015).

Essa lógica se manifesta principalmente no ambiente digital, baseada no uso de uma linguagem de urgência, solidariedade coletiva e responsabilidade entre os Estados-membros. É evidenciada a capacidade de ação da União em suas publicações oficiais, em postagens nas contas institucionais do Conselho e da vertente de Assuntos Internos, as quais tendem projetar

a segurança como responsabilidade coletiva e dar visibilidade a Europol no seu combate ao terrorismo, por exemplo (Conselho da União Europeia, 2015; 2016). O *EU Home Affairs* na rede social X, antigo Twitter, desde 2011 também ilustra a presença institucional por meio de canais oficiais para verbalizar alertas, decisões e prioridades sobre migração, segurança interna e cooperação transnacional. Nesse contexto, o *Brexit*²⁵ pode ser considerado um elemento exemplificativo dos entrelaçamentos entre segurança institucional e política da União Europeia. Durante esse processo, a comunicação divulgada pelo bloco buscava reafirmar recorrentemente a necessidade de estabilidade, cooperação e unidade em matéria de segurança e defesa. Diante da saída do Reino Unido, documentos e publicações oficiais, entre 2016 e 2020, abordaram que essa separação não deveria significar uma ruptura dos mecanismos de cooperação utilizados ou o comprometimento da segurança regional que fortalece o simbolismo da segurança enquanto sustentadora da coesão e perpetuação do projeto europeu. (Comissão Europeia, 2017; Conselho da União Europeia, 2019).

Figura 7: Manifestantes a favor da saída do Reino Unido da União Europeia exibem cartazes em Londres, 2016



Fonte: Stefan Wermuth

²⁵ O escândalo envolvendo a Cambridge Analytica revelou o uso indevido de dados pessoais de milhões de usuários do Facebook para fins de manipulação política. Segundo declarações de ex-funcionários, a empresa teve papel crucial no referendo do Brexit em 2016, ao segmentar eleitores com mensagens personalizadas. G1, 2018.

Figura 8: Manifestantes anti-Brexit em Londres em 19 de outubro de 2019



Fonte: Amani A

Figura 9: Faixas a favor do Brexit



Fonte: Jader Lazarini

Em face do exposto, a circulação na mídia das retóricas securitárias tornam notáveis tanto os limites quanto as potencialidades de atuação da diplomacia midiática. A qual, ao projetar-se como uma esfera de estabilidade e proteção num sistema internacional instável,

busca convencer e reforçar a sua relevância e presença para os cidadãos. Contudo, essa dinâmica segue dependente dos momentos históricos e políticos vigentes e pela recepção ambivalente dos indivíduos, assim comprovando que a segurança é um valor central e estratégico da comunicação pública, porém não integralmente consensual, do bloco europeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar de que maneira a diplomacia midiática da União Europeia e suas estratégias de comunicação contribuíram para a construção de uma identidade europeia comum. Assim como para a sustentação de suas narrativas de política externa, com especial atenção aos temas de identidade e segurança. Desse modo, o recorte temporal delimitado abrange desde 1992, partindo do Tratado de Maastricht (1992) como marco inaugural da União enquanto projeto integracionista e se estendendo até recentemente em 2020 com o *Brexit*. Dessa forma, buscou investigar e compreender as campanhas institucionais e narrativas identitárias de comunicação promovidas pela União Europeia, com ênfase nas estratégias discursivas adotadas para fomentar o imaginário coletivo de uma comunidade coesa entre seus países membros, diante de seus limites estruturais e desafios históricos.

A pergunta de pesquisa que orientou o trabalho buscou compreender se e como a diplomacia midiática foi utilizada pela União Europeia enquanto um mecanismo de influência e produção de sentido, capaz de reforçar o sentimento de pertencimento coletivo e a coesão do projeto europeu como um todo. A partir do percurso teórico desenvolvido no capítulo 1, foi possível demonstrar que a trajetória da União se desenvolveu, majoritariamente, por um processo de aprofundamento interno, priorizando a consolidação jurídica, econômica e institucional, enquanto a política externa permaneceu fragmentada institucionalmente e de caráter predominantemente intergovernamental. Já no capítulo 2, foi evidenciado a transição da comunicação como elemento acessório para um recurso estrutural imprescindível no exercício do poder das Relações Internacionais. Ao permear a construção da legitimidade, da projeção de valores e da gestão de expectativas no âmbito doméstico e internacional.

Nesse sentido, com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), a análise empírica realizada no capítulo 3 permitiu comprovar essa dinâmica de forma concreta. Os dados encontrados nos relatórios do Eurobarômetro expõem que a identidade europeia não representa um substituto das identidades nacionais já estabelecidas, mas se caracteriza como uma camada identitária adicional, construída de maneira gradual e discursiva, que dialoga com essa coexistência múltipla. A lógica entre pertencimentos nacionais e europeus aponta que essa identidade comum se afirma pela soma de camadas valorativas e simbólicas, seja

referências coletivas ou narrativas, e não através de homogeneização cultural. Diante disso, os discursos institucionais da União Europeia colaboram para estabilizar e padronizar a concepção das ideias sobre cidadania, direitos fundamentais, democracia, tal qual uma comunidade política compartilhada. No eixo da segurança, os resultados da análise revelam que essa categoria está numa posição central perante a comunicação institucional europeia, por ser sistematicamente propagada como um valor comum e de responsabilidade coletiva. Nesse contexto, esse discurso recorrente de segurança presente nos documentos oficiais, materiais de comunicação e posicionamentos, principalmente em cenários de instabilidade e crise, confirma o empenho obstinado de validade da ação externa do bloco. Logo, nesse caso, a diplomacia midiática alinha percepções sociais e as narrativas das instituições, enquanto atua como um instrumento estratégico, mesmo que nem sempre de forma absoluta e plena.

Diante dessas conclusões, a hipótese inicialmente proposta é confirmada, visto que a diplomacia midiática da União Europeia desenvolveu estratégias de comunicação atuantes e persistentes, funcionando como uma iniciativa crucial de construção identitária e de legitimação simbólica. Mais do que um meio de informar e divulgar, a comunicação institucional revela-se como um agente participativo na formação e consolidação de sentidos compartilhados no imaginário europeu ao longo do tempo. Todavia, os resultados também demonstram o viés híbrido e até insuficiente do projeto de integração europeia, processo este pautado por ambivalências, limites, pressões e tensões.

Por fim, este trabalho contribui para o campo das Relações Internacionais ao buscar ressaltar a relevância da comunicação, da mídia e das narrativas no entendimento da União Europeia enquanto ator internacional. Assim, ao articular a historiografia, teoria, método e análise prática, a pesquisa vigente prova que a consolidação do projeto de integração em escala continental não pode ser apenas considerada a partir das suas capacidades materiais ou institucionais, mas através das suas intenções discursivas e simbólicas. Como perspectiva futura, sugere-se a ampliação dessa abordagem para outros processos de integração regional ou para análises comparativas de outros períodos posteriores a 2020, que aprofundem a discussão sobre diplomacia midiática e construção identitária no sistema internacional contemporâneo, adentrando assim em novos horizontes de debates.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. 2. ed. Brasília: UnB, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1994.

BULL, Hedley. *A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. Brasília: UnB, 2002.

BURITY, Joanildo A. *Religião e espaço público: olhares do campo religioso*. Recife: Ed. UFPE, 2013.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CASTELLS, Manuel. *Comunicação e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CHOMSKY, Noam. *O controle da mídia: os espetaculares êxitos da propaganda*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

COMISSÃO EUROPEIA. *Cidadania e democracia na União Europeia*. 2020. Disponível em: <https://europa.eu>. Acesso em: 29 jan. 2026.

COMISSÃO EUROPEIA. *Europeus em 2019*. Bruxelas: União Europeia, 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. *Eurobarômetro Padrão 37*. Bruxelas: União Europeia, 1992.

COMISSÃO EUROPEIA. *Eurobarômetro Padrão 41*. Bruxelas: União Europeia, 1994.

COMISSÃO EUROPEIA. *Eurobarômetro Padrão 43*. Bruxelas: União Europeia, 1995.

COMISSÃO EUROPEIA. *Eurobarômetro Padrão 56*. Bruxelas: União Europeia, 2001.

COMISSÃO EUROPEIA. *Promoting our European Way of Life. Protecting our citizens and our values*. Brussels: União Europeia, 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/political-guidelines-promoting-european-way-life_en_0.pdf. Acesso em: 29 jan. 2026.

COMISSÃO EUROPEIA. *Standard Eurobarometer 91 – Spring 2019: Public Opinion in the European Union – First Results*. Bruxelas: União Europeia, 2019. Disponível em: https://www.adcoesao.pt/wp-content/uploads/eb_91_firstresults_en.pdf. Acesso em: 29 jan. 2026.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy*. Bruxelas: União Europeia, 2003. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/30823/qc7809568enc.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2026.

COSTA, Danilo. *A política externa da União Europeia: institucionalização e desafios*. Brasília: FUNAG, 2017.

COSTA, Olivier. *A União Europeia e a política externa: limites e possibilidades*. In: COSTA, Olivier; BRACK, Nathalie (org.). *Sistema político da União Europeia*. Lisboa: Almedina, 2017.

CULL, Nicholas J. *Public diplomacy: lessons from the past*. Los Angeles: Figueroa Press, 2009.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1967.

DINAN, Desmond. *Europe recast: a history of European Union*. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2014.

DREAMSTIME. *Manifestantes anti-Brexit em Londres com placa “Somos família, não nos separem”*. Disponível em: <https://pt.dreamstime.com/manifestantes-anti-brexit-em-londres-de-outubro-protestantes-pr%C3%B3-permanecem-com-uma-placa-que-diz-somos-fam%C3%ADlia-n%C3%A3o-nos-separe-image161579134>. Acesso em: 29 jan. 2026.

DUKE, Simon. *Diplomacy for the 21st Century: a realist view*. Maastricht: EIPA, 2017.

DUKE, Simon. *The European External Action Service: diplomacy at any cost?* Maastricht: European Institute of Public Administration, 2012.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *National Populism: The Revolt Against Liberal Democracy*. London: Penguin Books, 2018.

EUROPA.EU. *Celebração do Dia da Europa – 9 de maio de 2001*. Disponível em: https://europa.eu/abc/symbols/9-may/gallery/2001/index_pt.htm. Acesso em: 29 jan. 2026.

G1. *Cambridge Analytica teria tido papel crucial no Brexit, diz ex-diretor de pesquisa*. 27 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/cambridge-analytica-teria-tido-papel-crucial-no-brexit-diz-ex-diretor-de-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2026.

G1. *Reino Unido decide pela saída da UE: o que acontece agora?* 24 jun. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/reino-unido-decide-pela-saida-da-ue-o-que-acontece-agora.html>. Acesso em: 29 jan. 2026.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2021.

GILBOA, Eytan. Diplomacy in the media age: three models of uses and effects. *Diplomacy & Statecraft*, v. 12, n. 2, p. 1–28, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

- HILL, Christopher. **The capability–expectations gap, or conceptualizing Europe's international role.** *Journal of Common Market Studies*, v. 31, n. 3, p. 305–328, 1993.
- HILL, Christopher; SMITH, Michael. **International relations and the European Union.** 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- KERSHAW, Ian. **A descida aos infernos: a Europa, 1914–1949.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MAGONE, José M. **Política e Governança na União Europeia.** São Paulo: Edições Sesc SP, 2020.
- MANNERS, Ian. **Normative power Europe: a contradiction in terms?** *Journal of Common Market Studies*, v. 40, n. 2, p. 235–258, 2002.
- MANOR, Ilan. **The digitalization of public diplomacy.** Londres: Palgrave Macmillan, 2018.
- MANOR, Ilan; PAHLAVI, Pierre. **Strategic narrative management: conceptualizing communication tools of modern diplomacy.** *The Hague Journal of Diplomacy*, v. 14, n. 1-2, p. 40–59, 2019.
- NYE, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics.** New York: PublicAffairs, 2004.
- SEIB, Philip. **Real-time diplomacy: politics and power in the social media era.** New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- SMITH, Anthony D. **National identity.** Reno: University of Nevada Press, 1991.
- SOARES, Antonio Goucha. **A União Europeia como potência global?** As alterações do Tratado de Lisboa na política externa e de defesa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 54, n. 1, p. 87–104, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/JvySqGkPxzqvwvCQswXqqVD/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2026.
- SOARES, Valéria. **A cobertura internacional na era da globalização: a influência da mídia nas relações internacionais.** *Revista Comunicação & Sociedade*, v. 59, p. 199–218, 2012.
- STUDIO EUROPA MAASTRICHT. **Imagem do Tratado de Maastricht.** Disponível em: <https://www.maastrichteuropa.nl>. Acesso em: 29 jan. 2026.
- SUNO NOTÍCIAS. **Brexit será oficial nesta sexta-feira.** 31 jan. 2020. Disponível em: <https://www.suno.com.br/noticias/brexit-oficial-nesta-sexta/>. Acesso em: 29 jan. 2026.
- UNIÃO EUROPEIA. **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.** Nice, 2000.

UNIÃO EUROPEIA. *Declaração Schuman*. Paris, 09 maio 1950. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/schuman-declaration_pt. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *Erasmus+ Programme Guide 2023*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2022. Disponível em: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/document/erasmus-programme-guide>. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *European External Action Service – mídia social*. Disponível em: https://twitter.com/eu_eeas. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy — Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe*. Estrasburgo/Bruxelas: SEAE, 2016. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eugs_review_web_0.pdf. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *História da União Europeia — 1990-99*. Bruxelas: União Europeia, 1997. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/2000-2009_pt. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *História da União Europeia — 2000-09*. Bruxelas: União Europeia, 2001. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/2000-2009_pt. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *História da União Europeia — 2000-09*. Bruxelas: União Europeia, 2009. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/2000-2009_pt. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *Página oficial da Comissão Europeia*. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/index_en. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *Serviço Audiovisual da União Europeia*. Disponível em: <https://audiovisual.ec.europa.eu>. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht)*. Maastricht, 07 fev. 1992. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:11992M/TXT>. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *Tratado de Lisboa*. Lisboa, 13 dez. 2007. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12007L/TXT>. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE)*. Lisboa, 13 dez. 2007. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12012E/TXT>. Acesso em: 29 jan. 2026.

UNITED STATES. Department of State. *Overview of U.S. Policy Toward Iraq*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 2003.

UNITED STATES. National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States. *The 9/11 Commission Report*. New York: Norton, 2004.

VALENTE, Nelson. *O poder do discurso na política internacional*. Lisboa: ISCSP, 2007.

WRIGHT, Lawrence. *O Vulto das Torres: A História do 11 de Setembro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.